

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

REPRESENTAÇÕES DOS EDUCADORES DE
INFÂNCIA SOBRE O

ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

Anabela Querido

2009

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação,
área de especialização em Psicologia da Educação,
apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências
da Educação da Universidade de Coimbra e realizada
sob a orientação da Doutora Isabel Marques Alberto

RESUMO

O abuso sexual de crianças é uma realidade, cabendo aos profissionais da educação estar alerta, promovendo e defendendo o bem-estar da criança. Considerando que os educadores de infância fazem parte de um grupo de profissionais que deve estar sensibilizado e atento à problemática do abuso sexual de crianças, este estudo tem como objectivo identificar as representações que estes profissionais têm sobre o abuso sexual de crianças – CSA (Child Sexual Abuse). Paralelamente, temos também como objectivo criar uma medida de avaliação das representações sociais em torno do abuso sexual de crianças.

O estudo empírico realizado incluiu três questionários de auto-resposta com o objectivo de identificar a legitimação/aceitação do abuso sexual de crianças (Questionário de Representações sobre Abuso Sexual de Crianças – Histórias), assim como os factores facilitadores/desencadeadores da ocorrência de CSA, os factores responsáveis pela sua manutenção e os que permitem interromper estas relações abusivas (Questionário sobre Abuso Sexual de Crianças – Factores, Manutenção e Resolução) e a legitimação do comportamento sexualmente abusivo a partir de um conjunto de afirmações em relação a situações de abuso sexual (Escala de Crenças sobre Abuso Sexual - ECCAS).

A amostra constitui-se de 98 educadores de infância e estudantes do curso de Educação de Infância (4º ano de uma Escola Superior de Educação). A variável género não foi considerada, dada a discrepância na distribuição da amostra pelos dois géneros. Foram ponderadas as influências da idade e do número de filhos dos educadores de infância, o tempo de exercício, a função profissional desempenhada e o tipo de rede do jardim-de-infância, a existência ou não de uma formação específica sobre a temática em estudo e ainda o contacto dos sujeitos com situações de CSA/maltrato.

Os resultados do nosso estudo revelam-nos que as representações sociais que os educadores de infância têm sobre o abuso sexual da criança vêm de encontro ao que a literatura avança sobre a temática, relativamente aos factores promotores de CSA, aos que permitem a sua manutenção e aos factores responsáveis pela resolução de casos de CSA. Verifica-se que estes profissionais revelam que a sua formação sobre a temática, e a actuação a prosseguir perante uma ocorrência de CSA, é insuficiente.

Os resultados vêm consolidar a necessidade de formação específica sobre esta problemática.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso sexual; criança; representações sociais; educadores de infância.

ABSTRACT:

Sexual abuse of children is a reality, and it is necessary for the education professionals to be alert, promoting and defending the well-being of the child. Considering that Nursery teachers are part of a group of professionals that must be sensitized and alert to the issue of sexual abuse of children, this study aims to identify the set of beliefs that these professionals have on sexual abuse of children - CSA (Child Sexual Abuse). Parallel to this, we also aim to create an evaluation measurement of the social set of beliefs around child sexual abuse.

The empirical study which has been carried out includes three questionnaires of auto-reply, which aim to identify the legitimation/acceptance of child sexual abuse (Questionnaire of Beliefs on Child Sexual Abuse - Stories), as well as the promoting/unraveling factors for the occurrence of CSA, the responsible factors for its maintenance and those factors which allow these abusive relations to discontinue (Questionnaire on Child Sexual Abuse - Factors, Maintenance and Resolution) and the legitimation of the sexually abusive behaviour from a set of statements related to situations of sexual abuse (Scale of Beliefs on Sexual Abuse - ECCAS).

The sample consists of 98 Nursery teachers and students to become Nursery teachers (4th year, College of Education). The genre variable was not considered, given the discrepancy in the distribution of the sample by the two genres. We took into consideration the influences of the age and the number of children of each Nursery teacher, their work experience, their professional role, the type of nursery school net, the existence or not of a specific training on this issue and also their contact with situations of CSA/molestation.

The results of our study disclosed that the set of social beliefs that Nursery teachers have on sexual abuse of the child meets what literature already states on this matter, regarding the promotional factors of CSA, to those that allow its maintenance and to those factors responsible for the resolution of CSA cases. It is verified that these professionals reveal that their training on this issue and the line of action to take before a CSA occurrence, is insufficient.

The results consolidate the necessity of specific training on this matter.

Key words: Sexual abuse; child; social set of beliefs; nursery teachers

RÉSUMÉ:

L'abus sexuel des enfants est une réalité.

Il incombe aux professionnels de l'éducation d'être attentifs, afin de promouvoir et défendre le bien-être de l'enfant.

Considérant que les éducateurs font partie d'un groupe de professionnels, qui se doit d'être sensible et attentif au problème, cette étude a pour objectif l'identification des perceptions que ces professionnels ont face à l'abus sexuel des enfants – CSA (Child Sexual Abuse).

Parallèlement, nous avons également pour but de créer des moyens d'évaluation des représentations sociales relatives à l'abus sexuel des enfants.

L'étude empirique effectuée, inclut trois questionnaires d'auto-réponse, dont l'objet est l'identification de la légitimation / acceptation de l'abus sexuel des enfants (Questionnaire de Perceptions face à l'Abus Sexuel des Enfants – Récits), ainsi que les facteurs qui facilitent / déclenchent l'occurrence des CSA, mais aussi les facteurs responsables de leur continuation et ceux permettant l'interruption de ces relations abusives (Questionnaire sur l'Abus Sexuel des Enfants – Facteurs de Continuation et Résolution). Elle identifie également la légitimation de comportements sexuels abusifs par le biais d'un ensemble d'affirmations relatives à des situations d'abus sexuel (Échelle de Croyances sur l'Abus Sexuel – ECCAS).

L'échantillon est composé de 98 éducateurs et étudiants du Cours d'Éducation d'Enfance (en 4^{ème} année d'une École Supérieure d'Éducation).

La variable « genre » n'a pas été prise en considération, étant donné la divergence de la distribution de l'échantillon entre les 2 genres.

Ont été considérées les influences relatives à l'âge et au nombre d'enfants des éducateurs, au temps d'exercice, à la fonction professionnelle accomplie ainsi qu'au type de réseau du jardin d'enfants. Est considéré également, l'existence (ou non) de formation spécifique au thème en étude, ainsi que le rapport des sujets face à des situations de CSA / maltraitance.

Les résultats de notre étude nous révèlent que, les représentations sociales que les éducateurs ont face à l'abus sexuel des enfants, se heurtent à la littérature existante sur ce thème. Ils sont relatifs aux facteurs promouvant les CSA et permettant leur continuation, ainsi qu'aux facteurs responsables de la résolution de ces cas.

Il s'avère que ces professionnels révèlent avoir une formation insuffisante concernant ce thème, de même pour ce qui est des actions à poursuivre en présence d'un cas de CSA.

Les résultats renforcent le besoin de formation spécifique sur cette problématique.

MOTS-CLEF : Abus Sexuel, Enfant, Représentations Sociales, Éducateurs (d'Enfance)

Ao filho, Querido...

... que este momento seja recordado com felicidade e seja percebido como um estímulo;
... aos meus pais que me ensinaram a persistir sempre, lembrando-me que “querer é poder”!

... à mana...

... aos meus avós, que me proporcionaram uma INFÂNCIA feliz;

... aos familiares e amigos que com a sua paciência e confiança ajudaram a tornar este sonho real;

... aos professores que me ajudaram a fazer o meu percurso académico, com um especial agradecimento à Professora Doutora Isabel Alberto que aceitou o desafio de me orientar neste estudo.

Índice

Introdução	12
1. Contextualização da problemática do abuso sexual de crianças	15
1.1. Caracterização do abuso sexual de crianças	17
1.2. Modelos explicativos do abuso sexual	30
2. Representações sociais sobre o abuso sexual de crianças	34
3. Estudo empírico	40
3.1. Objectivos	41
3.2. Instrumentos utilizados	42
3.3. Descrição da amostra	55
3.4. Apresentação e discussão dos resultados	61
Conclusões	78
Bibliografia	82
Anexos	86

Índice de Quadros

Quadro I - Casos de Abuso Sexual de Crianças (%)	20
Processos instaurados pela CPCJ entre 2001 e 2006	
Quadro II - Casos de Abuso Sexual de Crianças	21
Por escalões etários em 2006	
Quadro III: Indicadores de abuso sexual de crianças	28
Quadro IV: Modelo ecológico de leitura da violência familiar	32

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Coeficiente de correlação item x total da escala	44
Tabela 2 - Índices de correlação entre as 3 histórias e a escala total (N = 93)	45
Tabela 3 - Critério KMO e Teste de Esfericidade de Bartlett's	46
Tabela 4 - Itens que integram factor 1 e respectiva saturação	47
Tabela 5 - Itens que integram factor 2 e respectiva saturação	48
Tabela 6 - Itens que integram factor 3 e respectiva saturação	48
Tabela 7 - Itens que integram factor 4 e respectiva saturação	49
Tabela 8 - Itens que integram factor 5 e respectiva saturação	49
Tabela 9 - Itens que integram factor 6 e respectiva saturação	49
Tabela 10 - Itens que integram factor 7 e respectiva saturação	50
Tabela 11 - Itens que integram factor 8 e respectiva saturação	50
Tabela 12 – Correlação do QRCSA – His e ECAS	51
Tabela 13 – Coeficiente de correlação item x total da escala	53
Tabela 14 - Correlações entre o QCSAFMR, as 3 sub- escalas e o QRCS-His e a ECCAS	53
Tabela 15 - Coeficiente de correlação item x total da escala	57
Tabela 16 – Estado civil	58
Tabela 17 – Habilitações académicas	59
Tabela 18 - Formação do educador de infância sobre abuso sexual de crianças	59

Tabela 19 - Formação do educador de infância para <i>actuar</i> numa suspeita de CSA	60
Tabela 20 - As fontes de <i>formação/informação</i> dos educadores de infância sobre CSA	60
Tabela 21 - ANOVA aplicada ao QRCSATotal em função do género, da idade e do número de filhos	61
Tabela 22 - ANOVA aplicada ao QRCSAHis1 em função do Tempo de exercício, da Função profissional e da Rede do Jardim de Infância	62
Tabela 23 - ANOVA aplicada ao QRCSAHis1 em função da Formação sobre CSA e Formação para actuar em caso de CSA	64
Tabela 24 - Comparação de resultados em função do contacto com CSA (Teste <i>t – Student</i>)	64
Tabela 25 - Comparação de resultados em função do contacto com Maltrato (Teste <i>t – Student</i>)	65
Tabela 26 - Percentagem de respostas obtidas para cada item nos 4 pontos da escala de <i>Likert</i> (Factores Desencadeadores)	67
Tabela 27 - Percentagem de respostas obtidas para cada item nos 4 pontos da escala de <i>Likert</i> (Factores de Manutenção)	69
Tabela 28 - Percentagem de respostas obtidas para cada item nos 4 pontos da escala de <i>Likert</i> (Factores de Resolução)	71
Tabela 29 - Comparação de resultados em função do contacto com CSA (Teste <i>t – Student</i>)	73
Tabela 30 - Comparação de resultados em função do contacto com Maltrato (Teste <i>t – Student</i>)	73
Tabela 31 - Comparação de resultados em função do contacto com CSA (Teste <i>t – Student</i>)	74
Tabela 32 - Comparação de resultados em função do contacto com Maltrato (Teste <i>t – Student</i>)	75
Tabela 33 – ANOVA aplicada à ECAS em função da Formação sobre CSA e Formação para actuar em caso de CSA	75

Índice de Anexos

Anexo 1 – Instrumentos utilizados	86
Questionário sócio demográfico	89
Questionário de Representações sobre Abuso Sexual de Crianças – Histórias	89
Questionário sobre Abuso Sexual de Crianças – Factores Desencadeadores/facilitadores, de Manutenção e Resolução (QCSA-FMR)	93
Escala de Crenças sobre Abuso Sexual - ECAS	
Anexo 2 – Descrição da amostra	95
Anexo 3 - Características psicométricas do QRCSAHIS	97
Anexo 3/a - Análise factorial exploratória do QRCSAHIS	98
Anexo 4 - Características psicométricas do QCSAFMR	99
Anexo 5 - Características psicométricas do ECAS	100
Anexo 6 - Testes de normalidade do QRCSA-HIS	100
Anexo 7 - Testes de normalidade do QCSAFMR	102
Anexo 8 - Testes de normalidade da ECAS	104

INTRODUÇÃO

“A infância colorida que preenche o nosso imaginário, não chega a ser fantasia para as muitas crianças e adolescentes, que vivem no lado da vida pintado a tons de cinzento e preto. Nesta infância não há colo, não há sonhos, não se brinca... não se tem opinião, nem voz, nem desejos ou necessidades. Aqui há ralhos, corpos usados, humilhações, terror, abandono... muitas vezes sem que a vítima saiba mesmo que o é. Nesta infância não há sujeitos, há crianças-objecto das frustrações, das exigências, dos sonhos dos adultos. (...) a criança maltratada pode ser qualquer uma com quem se cruze... o adulto maltratante pode ser o(a) senhor(a) simpático(a), prestável, insuspeito, que se conhece.”

(Alberto, 2006, capa)

O abuso sexual de crianças é uma das situações que afecta a qualidade de vida na infância, e o seu impacto pode estender-se a toda a vida. De acordo com Hewitt (1999) existem evidências de que o abuso sexual traz implicações ao longo da vida. Actualmente, em Portugal, os casos de abusos sexuais de crianças são “crimes públicos” – qualquer pessoa que saiba de um caso tem o dever de o denunciar às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em risco (CPCJR) às autoridades policiais ou aos tribunais (ou através da Linha SOS criança). Partilhando da opinião de Alberto (2006, p.20) “que o maltrato infantil é uma realidade, também no nosso país, de sentir que o maltrato é um problema de crianças votado ao esquecimento, mas que não deixa de existir, ou de ser dramático por isso”, pretendemos abordar um assunto tão complexo quanto pertinente, devendo ter em consideração os dados já existentes sobre o abuso sexual de crianças, ou seja, de que forma os educadores de infância percebem esta forma específica de maus-tratos. De acordo com Centro de Estudos Judiciários, ocorrem 30000 novos casos de maus-tratos infantis por ano, dos quais 23000 são de negligência, 6000 de violência física e 1000 de abusos sexuais (Machado, 2005). Maria (2007) refere alguns estudos que indicam existir por ano, cerca de meio milhão de crianças abusadas nos EUA, sendo que 84% destes casos não são denunciados.

Matos e Figueiredo (2001) referem a importância de clarificar os factores inerentes à ocorrência de maus-tratos à criança, sendo este conhecimento uma mais-valia na sua prevenção. Após a 2ª Guerra Mundial, surgiram movimentos de reconhecimento dos direitos humanos, ao mesmo tempo que ocorreram notáveis progressos científicos sobre o desenvolvimento da criança, revelando as suas necessidades específicas e as suas capacidades de interacção. Estes progressos, produzidos a partir do desenvolvimento de ciências como a biologia, a medicina, a

psicologia, a sociologia, a pedagogia, a história e o direito, conduziram ao reconhecimento da criança como sujeito de direito. À criança são reconhecidos, para além dos direitos humanos, direitos específicos consequentes da sua condição de criança – “ser em desenvolvimento, com fases muito próprias que exigem particulares cuidados de respeito, afecto, educação e promoção para que possa atingir a sua autonomia positiva, do ponto de vista pessoal, familiar e comunitário (...)” (Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, n.d., p.1).

A expressão mais significativa do reforço dos direitos humanos específicos encontra-se na Declaração dos Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1959 e na Convenção dos Direitos da Criança, aprovada pela O.N.U., em 1989 e ratificada por Portugal em 12 de Setembro de 1990.

Cabe em primeira instância à família efectivar os direitos da criança; no entanto, o Estado (central e local) é co-responsável, tal como a sociedade, pela promoção e defesa dos direitos da criança. É da responsabilidade das entidades com competência em matéria de infância e juventude, nas quais se incluem creches e jardins-de-infância, a sinalização da criança em risco/perigo. Para que tal seja possível, é necessário que os educadores de infância, sendo muitas vezes referência de apoio e confiança da criança, estejam alerta e tenham formação e informação sobre o que poderá ser uma criança em risco/perigo, podendo contribuir para a sua qualidade de vida tendo um papel muito importante na identificação de situações de abuso sexual.

Os educadores de infância devem igualmente considerar os espaços educativos como contextos privilegiados no controlo e prevenção dos abusos à criança. O profissional da educação tem a oportunidade (e dever) de observar a criança, seja na sua condição física seja o seu comportamento, apercebendo-se de indícios (sinais ou sintomas) de abuso sexual. No entanto, mesmo não estando perante uma situação real de abuso sexual, é importante o desenvolvimento de projectos tendo como objectivo a prevenção da vitimação de crianças.

Partilhando a opinião de Moura (2006), entendemos que a atitude do profissional de educação é determinante quer na prevenção quer na intervenção das situações de maus-tratos à criança, demonstrando disponibilidade para escutar e apoiar, respeitando a criança na sua dificuldade em denunciar o abuso, considerando sempre que a multidisciplinaridade é o caminho para prevenir e evitar a vivência da vitimação sexual.

A procura de informação e formação por parte dos profissionais de educação, em conjunto com “a imensa capacidade de criar mudança, de resistir, de contestar a

opressão e construir” (Machado & Gonçalves, 2002, p.9) levará a um percurso de vida diferente as crianças vítimas de abuso sexual.

Neste estudo, pretende-se avaliar de que forma os educadores de infância valorizam a temática do abuso sexual de crianças e percebem a sua preparação face a esta problemática.

Inicia-se este estudo a partir de uma contextualização histórica da problemática do abuso sexual de crianças, que embora seja considerada uma preocupação recente é uma forma de abuso já relatada desde a antiguidade e apenas considerada com a progressiva valorização da criança enquanto ser de direito. Durante a 2ª metade do século XX verifica-se um aumento de cuidado com a problemática do abuso sexual de crianças, embora sem avanços evidentes. Tal situação fica a dever-se, essencialmente, à conceptualização do abuso sexual de crianças. Assim, fazemos referência aos dados de prevalência do abuso sexual de crianças em Portugal e a algumas investigações que nos indicam factores de vulnerabilidade à ocorrência de CSA – associados à criança, ao abusador e ao meio sócio económico envolvente, destacando ainda alguns sinais/sintomas aos quais os educadores de infância devem estar atentos. Contudo, ter a percepção dos factores possíveis de desencadear/facilitar a ocorrência de abuso sexual e os sintomas que a criança poderá apresentar quando vítima desta forma de abuso, não é suficiente. Importa, portanto, com este estudo compreender a dinâmica dos modelos explicativos de CSA e as representações sociais/crenças que os educadores de infância têm sobre o abuso sexual.

Na parte empírica, descreve-se o estudo desenvolvido que pretende identificar as representações dos educadores de infância sobre o abuso sexual de crianças, em particular, identificar as dimensões mais susceptíveis de serem aceites ou assumidas como abusivas e identificar as atribuições que os educadores de infância têm sobre os factores desencadeadores/facilitadores, de manutenção e de interrupção/resolução do abuso sexual.

Este trabalho termina com uma síntese conclusiva que incluirá algumas reflexões sobre as limitações do estudo e propostas de investigações futuras.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

Cárter-Lourensz e Johnson-Powell (1999, cit. por Aded, Dalcin, Moraes & Cavalganti, 2006, p.205) referem a existência da exploração sexual a crianças desde a Antiguidade, fazendo alusão ao imperador romano Tibério que teria inclinações sexuais que incluíam crianças como objecto de prazer. Muito embora esta seja uma preocupação recente, o abuso sexual de crianças tem ocorrido ao longo da história. No entanto, só em 1860 surge a primeira monografia, escrita por Ambroise Tardieu, médico-legista francês, que alerta para os maus-tratos a crianças. Já nesta data, Tardieu descreveu quase todas as formas de maus-tratos, tal como são conhecidos actualmente. Contudo, “ele infelizmente não conseguiu foi convencer os seus pares de que o abuso e os maus-tratos contra crianças e adolescentes aconteciam não só no ambiente de fábricas, minas e estabelecimentos escolares, mas também no seio das famílias” (Labbé, 2005 cit. por Aded et al, 2006, p.205). Apesar das aparentes inconseqüências, Tardieu conseguiu “despertar a consciência social naquele país, acabando por levar à promulgação de uma lei das crianças maltratadas” (Magalhães, 2005, p.28).

Em 1874, ocorreu o reconhecimento oficial dos maus-tratos infantis através do caso Mary Ellen¹. Este caso levou à criação da “Society for Prevention for Cruelty to Children” em Nova York, emergindo uma maior sensibilidade face à criança maltratada e o aparecimento de leis que protegessem a infância. Contudo, só um século depois do trabalho pioneiro de Tardieu, os profissionais da saúde assumiram e confirmaram a existência de maus-tratos a crianças no artigo *The Battered-Child Syndrome*, publicado em 1962, por Kempe. Este documento despoletou a alteração de leis relativamente à protecção da criança e à prevenção dos maus-tratos em muitos países (Aded et al, 2006). Ou seja, a presença e a gravidade dos maus-tratos foram rejeitadas pela sociedade até meados da década de 50, mesmo perante as evidências históricas referidas desde o início da civilização (Figueiredo, 1998). Inicialmente, apenas os abusos físicos foram reconhecidos (pela facilidade na sua identificação) e só posteriormente, os abusos psicológicos e a negligência.

¹ “Mary Ellen, uma menina de nove anos, de Nova York, filha ilegítima, era constantemente espancada e negligenciada, passando quase todo o dia amarrada com correntes aos pés da cama. Tal facto não era considerado delito. Uma trabalhadora da caridade, recorreu à Sociedade Americana para Prevenção da Crueldade com os Animais. Usou como argumento no processo judicial que a criança, pelo menos, merecia tanta protecção como um cão. Assim, em Setembro desse mesmo ano, ganhou-se pela primeira vez um processo que representava o reconhecimento oficial do mau trato infantil” (Magalhães, 2005, p.28).

Maria (2007) refere um estudo realizado na área da sexualidade em 1950, por Alfred Kinsey e colaboradores, onde se constatou que 28% das mulheres questionadas tinham sido sexualmente abusadas na infância; no entanto, pouco interesse foi demonstrado por parte de outros investigadores.

Durante os últimos 40 anos tem-se escrito muito sobre a temática dos abusos sexuais, contudo os avanços não são notórios, dada a sua complexidade. Nas primeiras décadas do século XX, a teoria psicanalítica atribuía a ocorrência dos abusos sexuais à “criança sedutora” com base na teoria de Freud que defendia que os relatos dos seus pacientes não passavam de fantasias, apesar de inicialmente ter feito uma abordagem científica desta problemática, quando afirmou que os problemas psicológicos dos adultos advinham de experiências de abusos sexuais enquanto crianças. Contudo, a percepção predominante sobre os abusos sexuais era a sua negação, a desresponsabilização do abusador e a culpabilização da mãe ou da criança abusada, acontecendo ainda que as suas consequências eram minimizadas quando este era reconhecido (Salter, 2003). O mesmo autor refere ainda que esta ideia de culpabilização começou a perder-se no final do século XX, mas nunca desapareceu completamente.

Fávero (2003) faz referência a um estudo realizado por Okami, em 1992, no qual foram analisados artigos do “*Psychological Abstracts*”, que revelou que em 1969 existiam apenas sete artigos que demonstravam um interesse directo pelos abusos sexuais de crianças; no entanto, em 1989, entre 75% e 85% dos artigos referentes ao abuso de crianças estavam relacionados com esta problemática, comprovando o aumento do interesse científico nas últimas duas décadas do século XX. Esta preocupação foi marcada pelo Ano Internacional da Criança, em 1979, e pela Convenção dos Direitos da Criança, aprovada pela O.N.U., em 1989. Apesar da afirmação de Furniss (1992, cit. por Alberto, 2002, p.75) “enquanto um ‘pouco de violência’ é aceitável, um ‘pouco de sexo’ não é”, verifica-se que a intolerância perante a temática do abuso sexual não se traduz numa maior protecção das crianças e uma maior eficácia na intervenção, uma vez que é difícil aceitar e admitir que nas interacções que se espera serem mais construtivas, se esconde o segredo das relações abusivas.

Um dos desafios que se coloca na abordagem do abuso sexual de crianças é precisamente a sua conceptualização.

1.1. CARACTERIZAÇÃO DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

No Relatório do Conselho da Europa sobre a violência contra a criança no seio da família, destaca-se a violência física activa, a violência física passiva ou abandono (negligência de cuidados), a violência mental activa (verbal, sequestro, ameaça, rejeição), a violência mental passiva (negligência afectiva, desamparo), as sevícias sexuais, a violência médica (drogas, medicação não prescrita, álcool), a tortura (queimaduras nos órgãos genitais, palmas das mãos e dos pés) e a violência da sociedade contra as crianças (mediocridade dos alojamentos, transportes, etc) (Plougmand, 1988). Assim, o abuso sexual caracteriza-se como uma forma particular de maus-tratos. Ora, “a sociedade e o Estado têm o especial dever de desencadear as acções adequadas à protecção da criança vítima de violência, abuso sexual, exploração, abandono ou tratamento negligente, ou por qualquer outra forma privada de um ambiente familiar normal” (Bolieiro & Guerra, 2009, p.33).

O Código Penal Português (Art. 171º) identifica abuso sexual como qualquer acto de relevo praticado com menor de 14 anos ou no qual o perpetrador tenha pelo menos cinco anos a mais do que a vítima. Considerando como acto sexual de relevo a cópula, o coito anal ou oral, introdução anal ou vaginal de partes do corpo ou objectos. No entanto, é igualmente considerado crime actuar sobre o menor por meio de conversa, de escrito, de espectáculo ou objectos pornográficos. O acto perpetrado contra menores dependentes é destacado no Código Penal Português, sendo a idade do menor alargada de 14 para 18 anos e as penas agravadas quando o crime for praticado com o aproveitamento desta relação.

De acordo com o National Center on Child Abuse and Neglect (NCCAN) o abuso sexual é descrito como “ contactos ou interacções entre uma criança e um adulto, quando a criança é usada para satisfação sexual do abusador ou de outra pessoa. Abuso sexual pode também ser cometido por alguém com menos de dezoito anos, quando esta pessoa é significativamente mais velha que a vítima, ou quando o abusador está numa posição de poder ou controle sobre a outra criança” (Clark & Clark, 1989, cit. por Alberto, 2000, p.121).

Perante uma relação abusiva, o uso da força ou a intimidação são minorizados em relação à questão da imaturidade e incapacidade de consentimento. Muito embora os abusos sexuais envolvam o uso da força, ameaças ou coerção, esta não é considerada uma característica necessária para se falar em abuso (Machado, 2002). A especulação pela definição de abuso sexual pode ser considerada compreensiva e útil, no entanto esta

forma de maus-tratos está envolta em complexidades que vão desde a falta de sinais (inquestionáveis) aos relatos da vítima, dificultando o processo de prova (Martins, 2002). Muitas vezes estas relações ocorrem na privacidade familiar, não tendo repercussões na vida exterior: a criança anteriormente sossegada e previsível pode passar a apresentar histórias estranhas, desenhos disformes, mas sem revelar claramente o sucedido. Perante estas situações, é realmente difícil perceber o que aconteceu. Actos que muitas vezes acontecem nos seus espaços mais íntimos e silenciados, são desta forma revelados discretamente (Carmo, Alberto & Guerra, 2006).

O abuso sexual é exposto por Carmo, Alberto e Guerra (2006) como um tipo de maus-tratos, na forma mais impudica e mais vivida, sendo a vítima ofendida no seu direito à integridade física e moral, ficando privada de viver como criança. As situações de abuso sexual são, para a justiça de menores, as que implicam maiores apreensões para os aplicadores da lei. Sendo esta situação justificada pelas inibições que envolvem a vítima, o agressor e os seus familiares. Os mesmos autores salientam ainda que não são apenas o agressor e a vítima (criança) que estão em causa, mas todo o sistema familiar.

O abusador sexual não é apenas o agressor, em contexto intrafamiliar; este assume outros papéis como pai, como cônjuge, sendo portanto difícil para todos os envolvidos a separação dos diferentes interesses, particularmente para a criança, para a qual a reunificação da família é um dos interesses maiores, perante uma acusação e a consequente punição (Carmo, Alberto & Guerra, 2006).

A vítima apresenta uma atitude ambivalente, pois ao mesmo tempo que sabe que o que lhe está a acontecer é mau, também não quer afectar a sua família, assumindo uma posição de defesa. Esta ambivalência coloca a vítima numa situação de conflito emocional consigo própria. Podendo passar para uma posição desculpabilizante do agressor, a relação abusiva tende assim a ser compreendida e o abuso esquecido. Machado e Gonçalves (2002) referem o estudo de Finkelhor e Brown (1986) no qual são identificadas dinâmicas traumáticas como a sexualização traumática da criança, a estigmatização sustentada pelos discursos sociais em torno do abuso (a negação, minimização, culpabilização da vítima) e pelo pensamento dicotómico e egocêntrico da criança que beneficia a atribuição interna da culpa, o sentimento de traição originado pela quebra de confiança em alguém que lhe é próximo, a impotência e o desânimo subsequentes às tentativas de revelação mal sucedidas e à falta de controlo sobre o seu corpo e, por fim, a confusão emocional e a ambivalência fase ao abusador.

Sendo assim, importa fazer algo pela “real preservação da saúde, segurança, formação, educação e desenvolvimento destas crianças ou jovens que se vêm envolvidos nestas teias de desamor e nojo, com que, tantas vezes, se veste o respeito e a obediência aos mais fortes e àqueles cuja primeira tarefa deveria ser antes a de protecção!” (Carmo, Alberto & Guerra, 2006, p.65).

De acordo com Araújo (2002) o abuso sexual infantil é um fenómeno complexo e ao mesmo tempo difícil de enfrentar por parte de todos os envolvidos. Se por um lado, gera uma crise ao nível familiar, por outro lado a rede de profissionais também se sente oprimida pois, ao ser revelado, denuncia a violência que ocorre no seio familiar (e que é, frequentemente, segredo), colocando os profissionais diante de um dilema com o qual muitas vezes não sabem lidar. A intervenção dos profissionais deve ser de forma a não revitimizar a criança, perante a situação de exposição e ruptura em que se encontra, o que por si só constitui um desafio a ultrapassar.

Carmo, Alberto e Guerra (2006, p.83) fazem referência a algumas características a que o entrevistador/avaliador deve estar atento: a forma de “interpretar esgares, silêncios, hesitações, monossílabos, um simples “sim” ou um simples “não”, a construção frásica, a clareza do discurso, as pausas, as interrupções, as emoções e sentimentos que a criança evidencia (vergonha, culpa, tristeza, alegria, alívio, ansiedade), a labilidade e o distanciamento emocionais, o olhar, a postura, o sorriso, a colocação das mãos, o grau de sugestibilidade, os seus desenhos, o seu comportamento com os brinquedos, o seu comportamento sexualizado, o tipo de pressão ou coerção a que pode estar sujeito, o contexto da sua revelação inicial...”.

Carmo, Alberto e Guerra (2006) reforçam a ideia do que já foi anteriormente referido relativamente ao “secretismo” em que o abuso de crianças está envolvido, revelando que as ocorrências designadas de maus-tratos à criança são muitas vezes do conhecimento restrito dos envolvidos (agressor e vítima), eventualmente do cônjuge e/ou vizinhos, chegando apenas em pequena escala às entidades com responsabilidades de protecção e assistência à infância e juventude e às instâncias formais de controlo. De acordo com Vesterdal (1978, cit. por Alberto, 2000, p.119) “a percentagem de casos detectados e conhecidos é ínfima, comparada com o número de casos reais”. Sendo este um dos principais factores que dificulta o conhecimento dos casos de abusos sexuais.

Quando nos referimos aos casos denunciados de abuso sexual a crianças, existe a preocupação em fazer a sua caracterização. A existência de estudos conduzidos noutros países desde a década de 80 revelam-nos características dos abusos sexuais, no entanto a

variedade de conceptualizações origina disparidades entre os dados recolhidos. Esta condição acarreta algum desapontamento, para além de discursos de desvalorização das situações abusivas, partindo da concepção que estas terão sido hiper-estimadas. Finkelhor e Douglas (s/d) referem 3 condições que influenciam os dados de prevalência relativamente ao abuso sexual de crianças: 1) a forma como o abuso sexual de crianças é definido; normalmente, é considerado abuso sexual quando uma criança é vitimizada por um adulto conhecido ou por um familiar. No entanto, existem muitas formas de abuso, por exemplo, quando uma criança de 12 anos é abusada por uma de 15. Algumas estimativas contabilizam todas as formas de abuso, outras não; 2) nem todos os casos de abuso sexual de crianças chegam às entidades oficiais, portanto estas estimativas revelam apenas um determinado tipo de abusos, além de não traduzirem o real número de casos de abuso sexual existentes; 3) a quantidade de casos referidos reporta-se a tempos diferentes, ou seja, enquanto algumas estimativas são referentes a um ano, outras são baseadas em todo o período da infância. “Por outro lado, tal como afirma Conte (1991), mesmo que aceitemos como verdadeiras apenas as mais baixas percentagens citadas, o abuso não deixa de ser uma experiência comum da infância que afecta um largo número de crianças” (Machado, 2002, p. 43). Em Portugal, podemos fazer referência aos dados de prevalência a partir do Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – Relatório final (2008) (Torres, 2008) conforme o quadro seguinte.

Quadro I - Casos de Abuso Sexual de Crianças (%)
Processos instaurados pela CPCJ entre 2001 e 2006

2001	2002	2003	2004	2005	2006
2,2	2,4	3,3	2,9	3,4	2,6

Os dados sobre a prevalência, proporção de casos numa dada população, e sobre a incidência, novos casos num dado período de tempo dos abusos sexuais de crianças torna-se pertinente, pois a partir destes dados será possível perspectivar a necessidade de desenvolver programas de formação relativamente a esta problemática. Tal como em Portugal, nos EUA os dados estatísticos revelam um decréscimo de casos de abuso sexual de crianças de cerca de 40% entre 1992 e 2000. Finkelhor e Jones (2004) atribuem esta diminuição a um trabalho de duas décadas de prevenção, tratamento e

actividade da justiça criminal. No entanto, levantam ainda a hipótese deste declínio não ser real e ser fruto de menos casos detectados ou relatados às entidades oficiais. A justificação não é certamente linear e múltiplos factores poderão estar na base deste declínio na década de 90. Sendo que um desses factores poderá ser a real diminuição de casos de abuso sexual a crianças, as mudanças nas práticas dos profissionais que relatam os casos de suspeita de abuso e as comissões de protecção da criança também terão a sua influência, embora seja difícil de verificar o limite de cada factor. Seja como for, é importante perceber o porquê desta diminuição, pois se foi o aumento do número de casos que impulsionou os investigadores e criou recursos durante a década de 80, então a sua diminuição poderá ter o efeito contrário.

Relativamente às características da vítima e do abusador ressalta-se a idade da vítima, o seu género e o seu enquadramento socioeconómico. O Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – Relatório final (2008) (Torres, 2008) revela os casos de abusos sexuais, por escalões etários, em 2006.

Quadro II - Casos de Abuso Sexual de Crianças
Por escalões etários em 2006

0 a 5		6 a 10		11 a 14		15 +		Total
N	%	N	%	N	%	N	%	N
165	2,2	181	3,0	175	2,7	92	2,5	613

Estes dados identificam a existência de casos de abuso sexual em faixas etárias baixas, verificando-se uma incidência bastante superior (N=346) na 1ª e 2ª infância (até aos 10 anos) comparativamente à pré-adolescência e adolescência (N=267). Esta tendência é comprovada por Finkelhor e Douglas (s/d) quando referem um estudo que revela que 14% das vítimas de abuso sexual têm entre 0 e 5 anos, 20% têm entre 6 e 11 anos e 33% estão entre os 12 e os 17 anos.

De acordo com Hewitt (1999) as estatísticas dizem-nos que, quando as taxas relativas ao abuso sexual de crianças são somadas, as taxas mais elevadas são na faixa etária entre os 0 e os 6 anos. Por outro lado, verifica-se que quanto mais nova é a criança, mais baixo é o nível de abuso comprovado. Estes dados reflectem o quanto é difícil fundamentar o abuso sexual em crianças que não conseguem verbalizar claramente. As crianças mais novas são as mais vulneráveis ao abuso sexual e pela sua

imaturidade, são também o grupo que temos mais dificuldade em proteger, uma vez que a sustentabilidade do abuso sexual reside em documentação “verbal” (Hewitt, 1999). Kaplan e colaboradores (1997) defendem que as crianças com menos de 3 anos podem não produzir uma recordação verbal do abuso, no entanto a sua experiência pode ser reproduzida em jogos ou fantasias. Na idade pré-escolar, a sua imaturidade cognitiva, em conjunto com as suas dificuldades de linguagem, dificultam a compreensão dos factos e conseqüentemente a denúncia e averiguação dos casos. Na fase escolar e da adolescência, a vergonha, culpa e a sensação de desprotecção ou conivência com o adulto responsável pelo abuso, aliada à dificuldade de comunicação com os adultos, tornam a denúncia um facto raro e de difícil de comprovação posterior.

A investigação sugere ainda que “o início da maioria dos casos se situa entre os 4 e os 12 anos, embora exista um número substancial de crianças abusadas antes desta idade” (Wolfe, Wolfe & Best, 1998, Lutzer et al., 1999 cit. por Machado, 2002, p.44). Alberto (2002) faz ainda referência à curiosidade pela sexualidade, característica das crianças mais novas e o sentimento de lealdade para com os pais e adultos significativos, além do surgimento de características sexuais secundárias, como características que justificam o maior risco de abuso. Magalhães (2005) refere ainda que as crianças, sobretudo as de idade mais baixa, podem confundir a relação com uma manifestação afectiva “normal” ou podem estar submetidos à pressão do segredo imposto pelo abusador. Por tudo o que até aqui foi referido, importa ainda salientar que existe alguma discordância de opiniões relativamente à faixa etária que corre mais risco de abuso sexual.

No que se refere ao género da vítima, Wolfe, Wolfe & Best (1988, cit. por Machado, 2002) revelam que em 85% dos casos denunciados a vítima é do sexo feminino. Finkelhor e Douglas (s/d) referem ainda dados de meta-análise de 22 estudos americanos que sugerem que 30-40% das raparigas e 13% dos rapazes foram vítimas de abuso sexual durante a infância; um outro estudo de meta-análise baseado em 169 estudos internacionais revela taxas de abuso sexual de 25% para as mulheres e de 8% para os homens. Importa referir que existe uma grande probabilidade da baixa denúncia de casos por rapazes, se dever ao receio de serem associados à homossexualidade, assim como aos estereótipos culturais que dificultam a expressão masculina de dependência e sofrimento.

Outra dificuldade associada à identificação e avaliação de abusos sexuais de crianças, relaciona-se com a caracterização do perpetrador do crime sexual contra

crianças. Independentemente do sexo da vítima parece existir uma maior prevalência de agressores do sexo masculino. Embora exista o estereótipo sobre a perigosidade dos estranhos, “em termos genéricos, podemos dizer que apenas 10 a 30% das vítimas são abusadas por desconhecidos, aproximadamente 40% são-no por pessoas conhecidas ou próximas e os restantes 30% a 50% sê-lo-ão por elementos da própria família” (Wolfe & Birt, 1997 cit. por Machado, 2002, p. 45). Alberto (2006) refere o abusador sexual como uma figura não identificável facilmente. Embora exista o mito do “dirty old man”, este é questionado por Finkelhor que apresenta o agressor como alguém do seio familiar da vítima, portanto alguém “conhecido da criança” e com uma boa imagem social. Finkelhor e Douglas (s/d) destacam que as estatísticas indicam que 90% dos abusadores são homens e que entre 29-41% são jovens ou jovens adultos (abaixo dos 30 anos). Diversos estudos confirmam que metade dos abusadores são conhecidos das vítimas e que 1/4 a 1/3 são familiares, enquanto que os estranhos constituem apenas uma minoria dos abusadores. De acordo com Finkelhor e Ormrod (2001) dos detidos por abusos a crianças, 48% abusaram de um familiar ou conhecido (38%), e os que vitimizam crianças com menos de 12 anos foram, provavelmente, também eles abusados física ou sexualmente na sua infância. Os mesmos autores referem ainda que nos abusos a crianças os abusadores estão menos vezes sob o efeito de álcool ou drogas (39% para os abusadores de crianças, 45% para os abusadores de adolescentes e 55% para os abusadores de adultos).

Relativamente ao enquadramento socioeconómico do abuso sexual, este “parece ser um fenómeno transversal às diferentes classes sociais, muito embora haja uma maior taxa de denúncia nos meios desfavorecidos” (Wolfe & Birt, 1997 cit. por Machado, 2002, p. 44). Este facto pode estar relacionado com uma maior exposição aos meios de acção social, para além de uma maior incapacidade para ocultar as situações. Além desta característica, outras poderão ser factores desencadeadores de abuso sexual, tais como problemas de alcoolismo por parte dos pais, rejeição parental e conflitos conjugais (Finkelhor & Douglas, s/d).

O abuso sexual de crianças e jovens encontra-se associado a alguns factores de vulnerabilidade, que devem ser do conhecimento dos profissionais. Finkelhor (1986, cit. por Maria, 2007) realça a intervenção dos pais e dos profissionais de educação nos programas de prevenção. Desta forma, os profissionais serão auxiliados na sua tarefa de identificar sinais de que a criança poderá estar a ser abusada e a agir adequadamente perante as situações com que se deparam. Estes programas têm como intenção aumentar

os seus conhecimentos sobre prevenção, assim como sensibilizar para a realidade dos abusos sexuais de crianças e identificar os recursos de apoio disponíveis na comunidade. Herman (2000, cit. por Maria, 2007) defende que se existissem campanhas de prevenção primária dos abusos sexuais, conseguir-se-ia diminuir a sua prevalência. Perante estes programas, os abusadores sentir-se-iam desencorajados para iniciarem as suas práticas abusivas e, por outro lado, algumas crianças poderiam deter os avanços abusivos revelando a situação a um adulto de confiança.

Além da responsabilidade profissional e moral, os profissionais da educação encontram-se numa situação privilegiada de proteger e defender as crianças, relativamente à maioria dos adultos. Importa, no entanto, que este tenha em conta o contexto de cada situação não considerando cada factor como factor de risco por si só. Um factor de risco é considerado por Magalhães (2005) como qualquer influência que aumente a probabilidade de ocorrência ou de manutenção das situações de maus-tratos. Ainda de acordo com Magalhães, estes “são marcadores, correlações e, algumas vezes causas, que se dividem por características individuais, experiências de vida específicas ou factores de ordem contextual” (p. 45).

Machado (2002) apresenta-nos algumas características familiares mais frequentemente associadas ao abuso. Assim, surgem factores associados ao estilo parental autoritário e punitivo, outros relacionados com a facilidade em sexualizar a criança (pela falta de ligação biológica, histórias familiares de incesto e baixa vinculação entre o pai e a criança), para além das características que dificultam a revelação do abuso, como o isolamento social, a indisponibilidade da mãe ou a visão “tabu” dos temas sexuais.

As características da mãe que são apontadas como favorecedoras de abuso devem ser alvo de consideração, quer pela sua difusão no senso comum, quer pelas críticas que lhe têm sido dirigidas. Como exemplo de algumas características surge a idade da mãe (juventude), a doença física ou mental, os problemas emocionais, os traços de personalidade e o uso de drogas como factores que as colocam em situação de incapacidade de proteger a sua criança, de se aperceberem da existência de abuso ou ainda de serem cúmplices. “Estas características têm vindo a ser fortemente criticadas, sobretudo pelos movimentos feministas, que as acusam de deslocarem a atenção do ofensor, de ignorarem que, frequentemente, estas mães são vítimas de violência conjugal, de atribuírem a responsabilidade única pelo bom funcionamento familiar às mulheres e de confundirem características predisponentes das mães com o próprio

impacto que o próprio abuso pode ter nestas” (Machado, 2002, p. 47). Importa ainda salientar as razões que podem levar a mãe à sua incapacidade de protecção da criança, donde se destacam as dificuldades económicas, o conflito de lealdades, a manipulação do ofensor e a falta de provas. Pfeiffer e Salvagni (2005) destacam um perfil comum, com características maternas de domínio e frieza, emocionalmente distante com rejeição das filhas e favorecendo os filhos, que leva ao desenvolvimento de um complexo feminino de inferioridade. Quando a filha é adolescente, a mãe passa-lhe o seu papel de mãe e esposa, sendo que quando o incesto é revelado, a mãe reage com ciúme e coloca na filha a responsabilidade pelo abuso. Desta forma, não reconhecendo o abuso a mãe nega também o seu fracasso como mãe e como esposa enquanto o abusador usa todos os meios para manter os seus actos em segredo. Assim, o abuso sexual é tolerado pela desvalorização da infância e da adolescência, e do papel da mulher na família.

Magalhães (2005) refere outras características individuais dos pais que podem constituir factores de vulnerabilidade. Entre eles, encontramos perturbações do foro mental ou físico, características de personalidade (imatura, impulsiva), baixo auto-controle e reduzida tolerância às frustrações, baixa auto-estima e grande vulnerabilidade ao stress, antecedentes de violência familiar ou maus-tratos.

Para além dos factores individuais, são referidas fontes de tensão associadas ao contexto familiar, das quais se destacam os problemas socioeconómicos e habitacionais (extrema pobreza, situações profissionais instáveis e más condições de trabalho), famílias desestruturadas (situação de violência doméstica, mudança frequente de companheiro, famílias reconstituídas com filhos de outras ligações, isolamento social, sem suporte na família alargada, vizinhos ou amigos, ou mantendo com estes um relacionamento conflituoso (Magalhães, 2005).

Machado (2002) refere factores de vulnerabilidade da própria criança como o facto de serem menos supervisionadas pela família, de serem mais carentes emocionalmente, o que as torna mais facilmente cativadas pela atenção oferecida pelo abusador. Para além destas características, Magalhães (2005) faz alusão a perturbações da saúde mental ou física da criança e à sua vulnerabilidade a nível da idade e das suas necessidades próprias.

De acordo com Magalhães (2005) os indicadores ou sinais de alarme devem ser alvo de investigação, pois são apenas indícios de uma situação. Sendo que, nem sempre se conclui que exista uma situação de abuso. Em cada criança pode ocorrer uma

sobreposição de diferentes tipos de maus-tratos, os sinais e os sintomas variam de acordo com o gênero, a fase de desenvolvimento e a sua capacidade de reagir. Por outro lado, podem ocorrer situações de abuso sem que existam sinais ou sintomas evidentes, e ainda, situações sugestivas de abuso sem que estes se verifiquem (com algumas exceções inequívocas, como a gravidez, a presença de esperma ou a existência de doença sexualmente transmissível).

Os indicadores de uma situação de abuso são descritos por Magalhães (2005, p.51) como Sinais “que representam alterações orgânicas objectivas e (ou) mensuráveis, pelo exame clínico ou pelos exames complementares de diagnóstico, que podem resultar de lesão no corpo (...) e/ou como Sintomas, que são “alterações subjectivas do estado de saúde (queixas ou manifestações espontâneas de mal estar físico ou psíquico)” sendo apenas materializados de forma indirecta.

O abuso sexual apresenta grandes dificuldades de detecção e diagnóstico inerentes às características próprias desta forma de maltrato. Alberto (2000) faz referência ao secretismo que envolve o abuso sexual de crianças, e das circunstâncias que lhe estão inerentes. Desde o tabu social que dificulta a divulgação do abuso, a falta de credibilidade conferida às declarações da criança (considerando-se a evidência médica a principal prova de abuso), as ameaças por parte do agressor, a vergonha e o medo de fragmentar a estrutura familiar, e também o sentimento de lealdade para com os pais que impedem a criança de dar a conhecer a situação em que está envolvida. Terry e Tallon (s/d) referem que a demora entre a ocorrência do abuso sexual de crianças e a sua revelação depende de factores como, a idade da vítima aquando o abuso, o relacionamento entre o abusador e a vítima, o sexo da vítima, a severidade do abuso, as características de desenvolvimento cognitivo da vítima e as prováveis consequências da revelação. O Child Sexual Abuse Accommodation Syndrome (Summit, 1983, cit. por Terry & Tallon, s/d) explica a dificuldade da revelação do abuso sexual de crianças. Este síndrome consiste em cinco componentes: *sigilo* (o abuso ocorre quando a vítima e o abusador estão sozinhos, e o abusador encoraja a vítima a manter o sigilo); *desamparo* (a criança é obediente aos adultos e normalmente obedece ao abusador que encoraja o sigilo); *reclusão e acomodação* (uma vez que a criança é envolvida na relação abusiva, ela assume a responsabilidade pelo abuso e começa a dissociar-se do mesmo); *divulgação tardia* (porque as vítimas que relatam o abuso sexual esperam longos períodos de tempo para o revelar e as suas revelações são

consequentemente questionadas); e *retração* (as vítimas retraem-se de revelar o abuso sexual depois de enfrentar a descrença e a falta de suporte das suas revelações).

Roesler e Weissmann-Wind (1994, cit. por Terry & Tallon, s/d) afirmam que 33,3% dos sujeitos do seu estudo não revelaram o abuso sexual durante a infância porque receavam a sua segurança. Referem ainda que 32,9% não faz a revelação na infância por se sentirem culpados e com vergonha do abuso sexual.

Magalhães (2005) realça que raras vezes resultam lesões físicas ou existem vestígios de outro tipo que constituam indicadores de abuso sexual, pois na maior parte dos casos com crianças pequenas não há penetração anal ou vaginal e quando esta ocorre, a ejaculação dá-se, muitas vezes, fora das cavidades. Por outro lado, o período de tempo entre o abuso e o exame médico-legal é superior a 48 horas sendo a criança e as roupas lavadas, o que torna difícil (ou mesmo impossível) os estudos para a pesquisa de esperma.

Contudo, vários autores compilam a sintomatologia mais frequentemente exibida por crianças e adolescentes abusados (ver Quadro III).

Quadro III: indicadores de abuso sexual de crianças

Indicadores Físicos	Indicadores comportamentais		
	Externalização	Internalização	Conduta sexual
Lesões genitais ou anais	Comportamento agressivo e disruptivo	Ansiedade, medos e depressão	Masturbação compulsiva
Doença venérea	Mentira	Evitamento social, isolamento	Expressão sexualizada de afecto
Dor ou prurido genital constante	compulsiva	Vinculação pouco selectiva, busca indiscriminada de afecto e aprovação	Linguagem sexual precoce
Alterações do apetite	Declínio do rendimento escolar	Comportamento regressivo (e.g. enurese)	Comportamento sexual inadequado para a idade
Queixas somáticas novas (especialmente gastrointestinais)	Problemas de atenção	Auto-mutilação	Elevado número de parceiros sexuais
Mudança significativa na aparência (e.g. peso, higiene)	Fugas repetidas da escola ou de casa	Ideação suicida ou tentativa de suicídio	Medo e vergonha quanto ao toque ou nudez
	Abuso de drogas ou álcool		
	Conduta antissocial		

(Fonte: Machado, 2002, p.51)

Os indicadores físicos e comportamentais apresentados anteriormente serão, como já foi mencionado, meramente indicativos, sendo que deverão ser analisados de acordo com a idade da vítima (criança ou adolescente). Magalhães (2005, p.56) faz ainda referência a uma “obediência exagerada aos adultos e preocupação em agradar”, para além dos indicadores aqui expostos. O comportamento da criança e a sua condição física poderá ser acompanhada pela comunidade escolar, para além de uma relação de empatia e afecto que poderá existir entre os docentes e os alunos, que permitirá a

confiança da criança em partilhar os seus sofrimentos com o educador/professor (ou outro profissional do contexto escolar). “Assim, detectar as situações de maus-tratos é uma exigência pedagógica, além de social e legal, sendo, por isso, fundamental que estes profissionais estejam preparados para reconhecerem certos sinais de abuso, de forma a contribuir para uma intervenção precoce nestes casos (evitando, todavia, a revitimização da criança ou jovem na sequência de um intervencionismo “terrorista”)” (Magalhães, 2005, p.87). Para além do dever ético, legal e moral, os profissionais da educação devem perceber a importância da sua intervenção na prevenção ou interrupção do abuso sexual da criança. De acordo com Pennington (1995) existe uma falta de consciência profissional sobre a problemática do abuso sexual de crianças, assim como uma compreensível (mas não necessariamente justificável) dúvida dos profissionais em envolverem-se num assunto psicossocial complexo, difícil e incómodo, quase sempre negado tanto pelos autores como pelas próprias vítimas (Morales & Schramm, 2002).

1.2. MODELOS EXPLICATIVOS DO ABUSO SEXUAL

De acordo com Alberto (2002), as histórias infantis remetem-nos para situações de perigo exterior à família – no Capuchinho Vermelho, nos Três Porquinhos, ou na história dos Sete Cabritinhos – “porém, a investigação e as estatísticas relativas ao maltrato infantil, e ao abuso sexual especificamente, apontam para uma incidência significativa dentro do contexto familiar, com os abusadores a serem essencialmente pais, irmãos, tios, avós, padrinhos ou amigos próximos da família” (p.70). No entanto, antropológicamente, é dos estranhos que receamos todos os perigos.

A preocupação de conhecer os factores desencadeadores/facilitadores, de manutenção e de resolução do abuso sexual de crianças tem promovido a investigação, e permitiu identificar um elevado número de factores de risco (Figueiredo, 1998). No decorrer das últimas décadas desenvolveram-se alguns estudos, considerando diferentes focos para as relações abusivas.

O modelo psiquiátrico é identificado por Alberto (2002) como o primeiro modelo explicativo do maltrato. Aznar e Wolfe (1989) e Belsky (1980) referem que o modelo psiquiátrico atribui o abuso exclusivamente a características específicas do abusador. Desta forma, o abusador seria facilmente identificável, em função das suas patologias (“o erro fundamental”²) delimitando-o, assim, a um grupo muito restrito (Alberto, 2002).

Esta explicação, enraizada nas representações sociais (características físicas e de personalidade) leva-nos a uma resolução muito frequente na sociedade: a punição do abusador. “Uma vez que os “responsáveis” pelo abuso são determinados traços, estáveis e permanentes da personalidade, não há outra saída senão o afastamento do agressor do espaço social” – aprisionamento, situação que Furniss (1992, cit. por Alberto, 2002, p.72) designa de Intervenção Primária Punitiva. No entanto, a investigação tem revelado uma boa imagem social e uma boa integração do abusador no seu local de trabalho, pelo que, este modelo não se mostra eficaz.

Consequentemente, podemos questionar se o problema se encontra solucionado e isolado a partir de indicadores específicos dos abusadores, então porque se torna tão difícil antecipar/prever e evitar o abuso? (Alberto, 2002) A resposta a esta questão, de que o abuso sexual não se centra exclusivamente na figura do abusador, conduz a uma

² A noção de “erro fundamental” é trabalhada no sub-capítulo sobre as representações sociais, apresentado de seguida

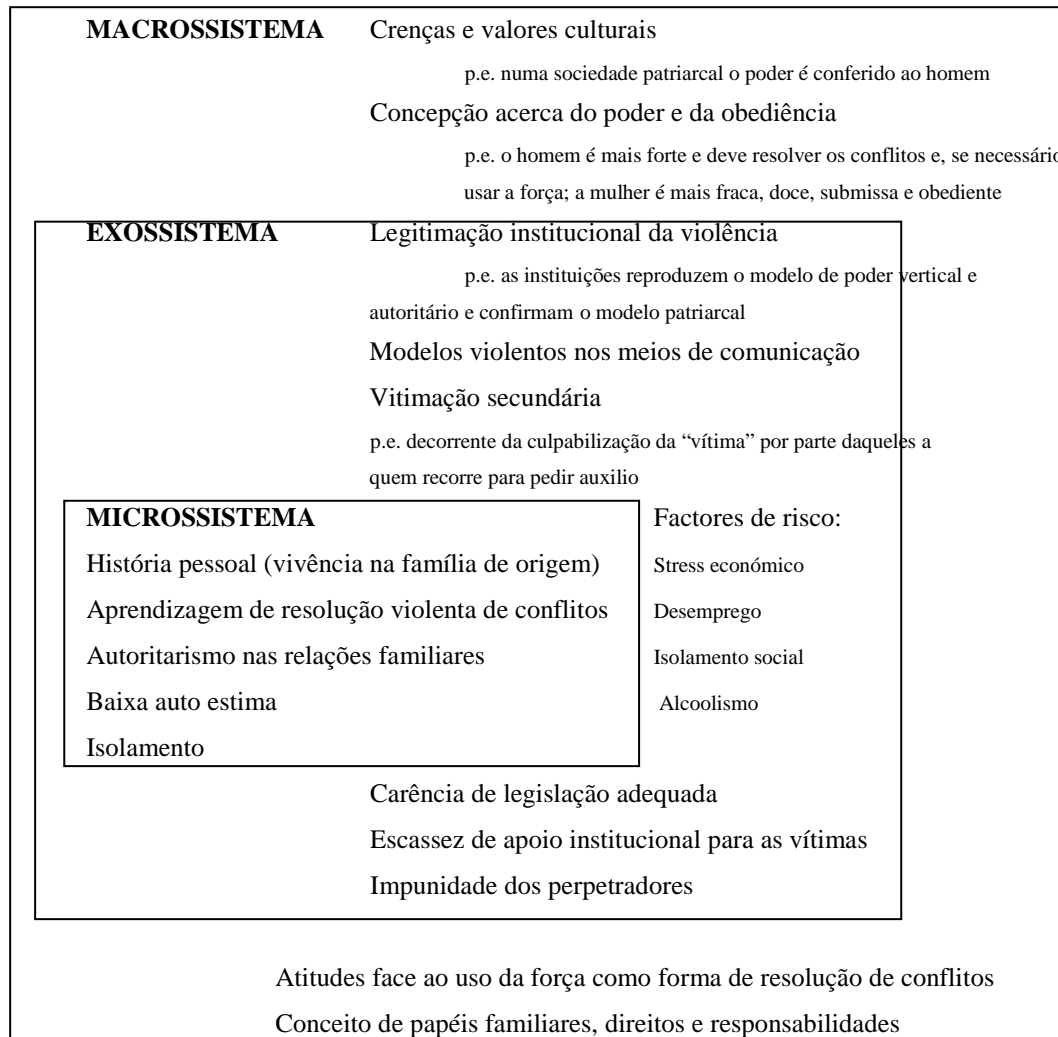
abordagem (consensual na comunidade científica) que realça a componente sociocultural e contextual das situações de abuso sexual – a abordagem sistémica/ecológica.

De acordo com Alberto (2002, p.73) “as investigações mais recentes na área do maltrato infantil, nomeadamente do abuso sexual, e na sequência dos indicadores estatísticos, encaminham para uma abordagem mais ampla, que enquadra o abuso numa conjugação de factores de cariz individual, interaccional e social, o que nos remete para uma abordagem sistémica”.

O modelo ecológico surge centrado na influência recíproca, na interação, e aponta para três grandes grupos de factores, associados a sistemas – o microssistema, o exossistema e o macrossistema (Alberto, 2002). Corsi (1995, cit. por Alarcão, 2000) apresenta o modelo ecológico de leitura da violência familiar, adaptando o modelo de Brofenbrenner, verificando-se que estes sistemas se articulam de uma forma dinâmica (ver Quadro IV).

O Microssistema (representando o contexto familiar) destaca as relações entre os diferentes elementos, considerando também as características individuais (particularidades e história pessoal) do abusador. Alberto (2002) refere que indicadores como baixa auto-estima, privação emocional precoce, necessidade de controlo e poder, vitimação de abuso sexual enquanto crianças e a procura de gratificação sexual que não encontram com outros adultos, são consensuais entre autores como Barudy (1987), Gelinas (1983) e Kempe (1987). No entanto, características como imaturidade, impulsividade, egocentrismo e narcisismo são excluídas de caracterizar o abusador, por estarem bastante “difundidas” na população em geral (Ajuriaguerra, 1980 cit. por Alberto, 2002).

Quadro IV: Modelo ecológico de leitura da violência familiar



Fonte: Alarcão, 2000, p. 313

O Exossistema, constituído pela comunidade envolvente, inclui a escola, a igreja, os meios de comunicação social, locais de trabalho e instituições recreativas. A estrutura e o funcionamento destes meios sociais têm um papel decisivo na retroalimentação permanente da violência (Pereira, 2003). A sua influência verifica-se a partir da reprodução do modelo de poder vertical e autoritário (das instituições) que confirmam o modelo patriarcal na família. Por outro lado, observa-se a promoção dos modelos violentos pelos meios de comunicação social.

O Macrossistema, “engloba a cultura, o sistema de valores dominante (Belsky, 1980) e remete para um conjunto de legitimações sociais que favorecem, e podem mesmo normalizar o abuso” (Alberto, 2002, p.73). Esta dimensão sociocultural traz algumas implicações. Se por um lado podemos falar de protecção à criança – como exemplo temos a aceitação actual do divórcio, que permite ao outro cônjuge afastar o

abusador, por outro lado, a liberdade de informações do domínio sexual transmitida, esbate o que é que deve ser permitido e o que deve ser rejeitado, o que é “normal” e o que é “perverso”.

Este contexto mais amplo encaminha-nos “para as formas de organização social, os sistemas de crenças e os estilos de vida que prevalecem numa cultura ou sub-cultura” (Pereira, 2003, p.98). A sociedade ocidental revela, historicamente, um modelo de sociedade patriarcal, na qual o poder é conferido ao homem sobre a mulher e aos pais sobre os filhos. Desta forma, é prescrita obediência automática e incondicional. Finkelhor (1984) revela também a influência da igualdade de estatuto entre géneros que pode desencadear a procura da condição “perdida” em relação à mulher, nas suas relações com as crianças.

Alberto (2002, p. 74) conclui afirmando que “é na confluência destes diferentes factores que definem cada sistema, que vão emergir as situações abusivas. Não se centra a explicação do abuso num único factor, designadamente na personalidade do abusador, mas na conjugação das várias influências”.

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

Valentim (2003, p.19) defende que a noção de representação social se filia no “conceito de representação colectiva introduzido por Durkheim no quadro mais geral da sua proposta de afirmação de um domínio específico do estudo dos fenómenos sociais”. Segundo Durkheim podem distinguir-se as representações individuais, caracterizadas pela sua variabilidade e pelo seu carácter efémero, e as representações colectivas, “partilhadas pela generalidade dos membros de um grupo e sendo reproduzidas colectivamente” (Valentim, 2003, p.20). Estas são caracterizadas pela homogeneidade, estabilidade e até por alguma rigidez. A noção de representação, quase fora de uso, é retomada mais de 50 anos depois por Serge Moscovici, em 1961, sob a forma de representação social (Valentim, 2003).

Moscovici no seu projecto envolve uma leitura mais abrangente no sentido em que “propõe a análise dos processos através dos quais os indivíduos em interacção social constroem teorias sobre os objectos sociais, que tornam viável a comunicação e a organização dos comportamentos” (Vala, 1996, p. 353). Jodelet (1989, cit. por Vala, 1996, p. 354) apresenta a representação social como “uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Ou seja, não partindo apenas das teorias científicas, mas de eixos culturais, ideologias formalizadas e das experiências quotidianas. Vala (1996) refere ainda que “as representações sociais são factores produtores de realidade, com repercussões na forma com interpretamos o que nos acontece e o que acontece à nossa volta, bem como sobre as respostas que encontramos para fazer face ao que julgamos ter acontecido” (p.356).

Moscovici (1961, cit. por Vala, 1996, p.367) assinala que “se a especificidade da situação de cada grupo social contribui para a especificidade das suas representações, a especificidade das representações contribui, por sua vez, para a diferenciação dos grupos sociais”. Como tem vindo a ser reforçado, persiste a ideia que as representações sociais são construídas na interacção quotidiana. De acordo com Vala (1996, p. 378) “a perspectiva teórica que orienta a conceptualização das representações sociais sublinha o papel activo dos actores sociais na sua produção”.

Um dos modelos iniciais de compreensão dos abusos sexuais de crianças reflectia claramente estas concepções socialmente dominantes. A atribuição dos abusos sexuais às características do abusador remete-nos para o conceito de “erro fundamental”, definido por Alberto (2002, p.70) como “a tendência para fazer

atribuições internas, realçando as predisposições pessoais, traços de personalidade estáveis, em detrimento das variáveis de contexto”. O “erro fundamental” tem a sua origem nas Teorias Implícitas da Personalidade (TIP) “enquanto conjunto de traços e a estrutura das relações entre estes traços” (Beauvois, 1982, p.517).

De acordo com Beauvois (1982, p.519) a estrutura que compõe as TIP tem uma dimensão descritiva e uma dimensão valorativa, sendo que a dimensão valorativa tem um peso mais importante. O “efeito de halo” é apresentado como exemplo – se alguém considera que ser dinâmico é um traço da personalidade muito interessante, ele vai preferir pessoas “dinâmicas” às não-dinâmicas, e vai ainda considerar que as pessoas dinâmicas irão apresentar outros traços interessantes. Desta forma, valorizamos as explicações disposicionais em prejuízo das causas situacionais. Contudo, muito embora se possa considerar um traço da personalidade estável e um factor circunstancial imprevisível, a estabilidade da personalidade é apenas teórica. Dado que um sujeito tem atitudes diferentes em situações diferentes (Alberto, 2002).

Leyens (1985, cit. por Alberto, 2002, p.71) refere ainda que as TIP “correspondem a crenças gerais que alimentamos a propósito da espécie humana”. Estas são elaboradas em função da história pessoal e dos sistemas de valores existentes na sociedade, em geral ou em grupos profissionais específicos, reflectidas ao nível individual. Beauvois (1982) refere que o peso do papel da atribuição nas TIP está relacionado com a função de responsabilização, ao indivíduo ou à situação, e não a uma função explicativa. “Daí que as TIP não desempenhem realmente um papel descritivo, de conhecimento, mas essencialmente de orientação de acção; elas pretendem mais julgar que conhecer” (Alberto, 2002, p.71).

Desta forma, as representações sociais dos educadores de infância terão a implicação, por um lado, das suas construções realizadas enquanto indivíduo e, por outro, enquanto profissionais da educação.

Quando falamos sobre mitos e verdades relacionadas com o abuso sexual de crianças, procuramos desmistificar conceitos e crenças que fazem parte do pensar da grande maioria das pessoas. Os educadores de infância têm de ter consciência de quais são os seus tabus e crenças a respeito da sexualidade, que os impedem de enfrentar adequadamente a realidade do abuso sexual de crianças. Estas crenças podem ter reflexos quer no reconhecimento quer na intervenção em situações de abuso sexual de crianças. Por um lado, dificultam o seu reconhecimento por outro, beneficiam atitudes desfavoráveis à recuperação da vítima/criança.

Porto (2006, p.250) defende que é impossível compreender o fenómeno da violência sem questionar “os sentidos, os valores e as crenças que estruturam e presidem a vida social, os quais são conteúdo por excelência das representações sociais”. Esta perspectiva analítica centrada nas representações sociais permite obter o sentido que os actores (protagonistas ou vítimas da violência) atribuem às suas representações e às suas práticas, considerando o ambiente em que estes actuam e as situações abusivas ocorrem. Desta forma, se por um lado o contexto facilita ou dificulta o abuso, por outro lado aquilo que os indivíduos e a sociedade representam como abusivo cooperam no sentido da sua ocorrência (Porto, 2006).

Alberto (2002) faz alusão ao Modelo das quatro pré-condições desenvolvido por Finkelhor. Este modelo organiza de modo sistematizado factores de contexto que desencadeiam o abuso sexual, quer a nível intra quer a nível extra familiar e que se articulam com características individuais (Finkelhor, 1984). Para cada uma das pré-condições são considerados vários factores, sendo estes de natureza individual ou sociocultural.

Na Pré-condição I são considerados os **Factores relativos à motivação para o abuso sexual**, entre estes:

- a *congruência emocional*, que se traduz, no plano individual, por uma imaturidade do abusador em termos de desenvolvimento social, revelando a satisfação não obtida na relação com os adultos; no plano sociocultural, destaca a dominância e o poder do sexo masculino, no que diz respeito ao domínio sexual.
- a *activação sexual*, revela no plano individual experiências traumáticas na infância do abusador, que se traduzem em atribuições e percepções erradas ao nível sexual; no plano sociocultural, inclui a existência de pornografia infantil utilizando a criança como fonte de gratificação e defende a imagem da ‘sexualização’ das necessidades emotivas no sexo masculino.
- o *bloqueamento*, traduz-se no plano individual pelo medo de mulheres adultas, problemas conjugais e incompetência nas relações sociais, com origem em traumas de infância; no plano sociocultural, destaca-se a proibição da masturbação, a reprovação das relações extra-matrimoniais e a não disponibilização de outras alternativas de gratificação sexual.

A Pré-condição II é constituída por **Factores que predis põem para a desactivação dos inibidores internos** dos quais se destaca, no plano individual, o recurso a substâncias tóxicas, drogas e álcool, assim como as perturbações de natureza

psicológica (como as psicoses, senilidade ou desordens compulsivas); no plano sociocultural, ressalta a ideia que a criança deve obedecer aos adultos, do chefe de família, e ainda a admissão que os homens são, por natureza, menos competentes que as mulheres na identificação das necessidades da criança. A circulação de pornografia infantil e as fracas penas para os abusadores, especialmente se sob efeito de substâncias tóxicas, manifestam-se em alguma tolerância aos desvios sexuais.

Na Pré-condição III temos os **Factores que predisõem para a desactivação dos inibidores externos** que incluem, no plano individual, factores como condições de habitabilidade precárias, isolamento social e a falta de supervisão da criança por outros adultos. Acontecendo que a outra figura parental é, igualmente, dominada pelo abusador e não protectora. No plano sociocultural, “considera a falta de suporte para com as mulheres/mães, as desigualdades sociais dos sexos, a ideia do santuário familiar, a erosão do tecido social e a redução dos núcleos familiares” (Finkelhor, 1984, cit. por Alberto, 2002, p. 75).

A Pré-condição IV inclui os **Factores que predisõem para a dominação da resistência da criança**.

Perante uma situação de abuso a criança pode resistir – fugindo, denunciando ou evitando o abuso, falhar a resistência e ser abusada, ou resistir e ser coagida, acabando por ser vencida. Nesta pré-condição há a considerar, no plano individual, a insegurança da criança, a falta de informação acerca das situações de abuso e a submissão excessiva da criança à vontade do adulto. No plano sociocultural, destaca-se a falta de poder por parte da criança, a ansiedade que envolve a temática sexual acrescida da ausência de educação sexual, que tem implicações quer sobre a criança quer sobre os pais.

Os factores aqui referidos potenciam as situações de abuso, no entanto como podemos verificar neste Modelo das quatro pré-condições, características particulares das personalidades dos abusadores não bastam para despoletar o abuso. “As características das crianças, das figuras parentais, das organizações familiares, assim como das estruturas sociais e culturais, estão igualmente presentes e devem ser consideradas na compreensão e abordagem desta problemática (Alberto, 2002, p.75). Desta forma, os profissionais que se encontram mais perto da problemática do abuso sexual têm a responsabilidade de aceitar e difundir esta abordagem mais complexa e dinâmica.

Contudo, alguns factores são apontados como inibidores da denúncia do professor sobre a ocorrência de abuso sexual, entre eles: os conflitos emocionais e

desconforto com a hipótese de abuso sexual, o facto de não estarem familiarizados com os procedimentos legais, o pedido de segredo por parte da criança, hesitação perante informações que só serão confirmadas após a denúncia, apreensão em relação às reacções parentais e à sua falta de aptidões quando questionados sobre a denúncia (Brino & Williams, 2003). Caminha (1999, citado por Brino & Williams, 2003) revela que apesar de existir um consenso sobre a sintomatologia apresentada por uma criança abusada sexualmente, os profissionais da educação e da saúde ainda não demonstram capacidade para identificar os casos de violência infantil, nem para lidar com eles.

Ressalta-se, então, o treino dos profissionais para identificar os casos de abuso sexual providenciando um encaminhamento correcto e cuidadoso, e não apenas para promover denúncias. De acordo com Sanchez (2001) é importante que existam programas de prevenção do abuso sexual infantil. Contudo, estes devem ser dirigidos à população em geral (especialmente aos pais e professores) e descentralizados da criança. O mesmo autor revela ainda, no seu estudo, que os professores demonstram desconhecimento geral e mantém falsas crenças, justificadas pelo tempo de silêncio relativamente a esta temática.

Couto (2000) defende que cada um tem as suas crenças, que emergem a partir das interacções familiares e sociais, no entanto, estas crenças são também filtros sociais, podendo igualmente influenciar as interacções do indivíduo. De Conchy (1993, cit. por Couto, 2000, p.9), refere que “uma crença surge, habitualmente, fundamentada numa cultura, numa história, numa sociedade e pode guiar e orientar os nossos comportamentos, tendo em conta a situação em que nos encontramos, em função do que acreditamos”.

Shackel (2008) demonstra, a partir de uma revisão de estudos, algumas crenças que a sociedade, incluindo profissionais, defende: que a demora entre o abuso sexual e a sua divulgação por parte da vítima, a retracção e os discursos inconsistentes sobre o abuso sexual são raros e indicativos de produção de alegações relativas ao abuso sexual; que as crianças receiam os abusadores e que as crianças, normalmente, exibem claros comportamentos de abuso sexual. Para além de que consideram que a maioria dos casos de abuso sexual implica o uso da força física e relações sexuais, e que uma situação de abuso sexual deixa necessariamente vestígios físicos. Estas crenças são consistentes com a visão de muitos adultos, incluindo profissionais da justiça e da educação, que perante a sua ausência não declaram a existência do abuso sexual. Apesar de verificarmos a existência de pesquisa sobre a problemática do abuso sexual de crianças,

verifica-se igualmente a escassez de estudos sobre as crenças que os adultos mantêm sobre o abuso sexual de crianças.

Finkelhor (1984) refere que os pais percebem a real importância do abuso sexual de crianças e possuem algumas informações relevantes, tais como: o abuso tanto acontece a raparigas como a rapazes, o abuso acontece também no meio familiar, que as crianças pequenas também podem ser abusadas, que o abuso sexual não inclui apenas as relações sexuais (podem ocorrer toques e carinhos impróprios) e que podem decorrer sem o uso de força física, além do facto de que as crianças nem sempre contam o sucedido. Refere ainda que algumas crenças não desaparecerão pois revelam uma forma confortável de ver o abuso sexual de crianças, como por exemplo, o facto de se atribuir o abuso sexual a um estranho não implica o “desconfiar” dos vizinhos, amigos e familiares. Da pesquisa desenvolvida por Finkelhor (1984) destaca-se ainda o facto de as pessoas não saberem como agir perante uma denúncia de abuso sexual, continuando a pensar nas forças policiais como a primeira linha de actuação. Tal situação pode dever-se ao facto de ainda se desconhecer a forma como as outras entidades de apoio funcionam.

Uma das crenças mais relevantes acerca do abuso sexual de crianças é o facto de se acreditar que o abusador sofre de perturbações mentais. No entanto, não significa que o abusador tenha alguma doença psiquiátrica declarada, basta que não se compreenda o porquê do seu comportamento para que seja designado de “doente mental

Os educadores de infância terão as suas crenças e representações, individuais ou sociais, em torno da problemática do abuso sexual de crianças. Em função delas, irão determinar a sua sensibilidade e disponibilidade para a revelação de uma situação de abuso sexual, bem como a sua actuação posterior. Tendo como relevante obter esse conhecimento, surge a investigação que apresentamos no capítulo referente ao estudo empírico.

3. ESTUDO EMPIRICO

Como a vasta literatura mostra, a problemática do abuso sexual de crianças não ocorre apenas em função de características individuais do abusador ou da vítima, mas realça a conjugação de vários factores, de carácter individual, familiar e social. Esta compreensão ecológica e dinâmica do abuso destacou a necessidade de se estabelecerem estratégias de prevenção e intervenção que tenham em consideração os diferentes níveis: individual, social e cultural. A dimensão cultural integra as representações sociais que numa comunidade se vão constituindo, sobre o que é aceite e tolerado e o que é inadequado e errado. Nesse sentido, é fundamental identificar quais são as representações que os educadores de infância têm sobre os abusos sexuais de crianças.

3.1. OBJECTIVOS

Considerando que os educadores de infância fazem parte de um grupo de profissionais que deve estar sensibilizado e atento à problemática do abuso sexual de crianças este estudo tem como:

Objectivo geral:

- Identificar as representações que os profissionais da educação têm sobre o abuso sexual de crianças – CSA (Child Sexual Abuse). Paralelamente, surgiu como objectivo criar uma medida de avaliação das representações sociais em torno do abuso sexual de crianças.

Objectivos específicos:

a) Identificar as dimensões do abuso sexual mais susceptíveis de serem aceites ou assumidas como abusivas pelos educadores de infância;

b) Identificar as atribuições que os Educadores de Infância têm sobre os factores desencadeadores/facilitadores, de manutenção e de interrupção/resolução do abuso sexual;

c) Analisar a influência de variáveis socio-demográficas sobre as representações em torno do abuso sexual de crianças, nomeadamente a idade, o género, o estado civil, o número de filhos, as habilitações académicas, a rede a que o jardim-de-infância pertence existência ou não de uma formação específica sobre a temática em estudo, o contacto dos sujeitos com situações de CSA/maltrato.

3.2. INSTRUMENTOS UTILIZADOS³

O estudo empírico realizado incluiu três questionários de auto-resposta: o Questionário de Representações sobre Abuso Sexual de crianças – Histórias (QRCSA-HIS) (Alberto, Alarcão, Fazenda & Querido, 2008), o Questionário sobre Abuso sexual de Crianças – Factores Desencadeadores, Manutenção e Resolução (QCSAFMR) (Alberto, Alarcão, Querido & Fazenda, 2008), a Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS) (Machado, Gonçalves & Matos, 2000). Inclui-se ainda um questionário sócio demográfico de recolha de dados sobre características como a idade, o género, o estado civil, o número de filhos, as habilitações literárias e as funções desempenhadas (actualmente) dos participantes. Este questionário caracteriza também a rede a que pertence o jardim-de-infância (pública, privada ou Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS) e a experiência profissional do participante (tempo de serviço, contacto com CSA e com outras formas de maltrato). Neste questionário é solicitado ao respondente que identifique a entidade a quem comunicaria a ocorrência de CSA e qual a sua percepção sobre a sua informação e formação para identificar/actuar numa situação de CSA, em caso de suspeita.

Questionário de Representações sobre Abuso Sexual de Crianças – Histórias (QRCSA-HIS)

O Questionário de Representações sobre Abuso Sexual de crianças – Histórias (QRCSA-HIS) (Alberto, Alarcão, Fazenda & Querido, 2008) é composto por três histórias diferentes de abuso sexual de crianças/adolescentes. Cada história é seguida de dez afirmações/itens, sendo solicitado aos participantes que indiquem o seu grau de concordância relativamente a cada afirmação. Numa escala de *Likert*: 1 – “Discordo totalmente”, 2 – “Discordo”, 3 – “Concordo”, 4 – “Concordo totalmente”.

As três histórias que compõem o questionário baseiam-se em pressupostos teóricos sobre diferentes perspectivas acerca do abuso sexual de crianças/adolescentes. Na elaboração das afirmações relativas a cada história foram consideradas cinco dimensões: 1 – Banalização de situações que não impliquem penetração; 2– Justificação da possibilidade de abuso sexual por comportamentos da criança/adolescente; 3- Justificação da possibilidade de abuso sexual por factores externos (stress, consumo...); 4 – Desvalorização/aceitação de alguma situação “pouco abusiva” em favor da

³ Anexo 1 - INSTRUMENTOS UTILIZADOS

privacidade individual e da privacidade/coesão familiar; 5 – (Im)possibilidade de atribuição do abuso sexual ao abusador, em função do seu estatuto social, económico e escolaridade.

Considerando que o instrumento foi elaborado por nós, foi necessária a análise das suas qualidades psicométricas, realizada com base numa amostra de 98 sujeitos (40 estudantes e 58 educadores de infância).

Estudos de Precisão

Do estudo das qualidades psicométricas⁴ deste instrumento, e considerando a análise da precisão através da consistência interna, foi calculado o coeficiente *alpha* de Cronbach. O valor obtido para a escala total ($\alpha = 0,93$) revela uma consistência interna elevada (Tabela 1).

A eliminação de qualquer item não influenciaria a consistência interna do questionário global. Verifica-se que os itens apresentam uma correlação com a escala que varia entre .274 e .698. Os itens apresentam índices de correlação aceitáveis ($\geq .300$), à excepção do item 2 da História 1; todavia, ao ser retirado não alteraria significativamente o valor de consistência interna da escala total, logo decidiu-se mantê-lo neste estudo (ver Tabela 1).

⁴ ANEXO 3 - CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DO QRCSAHIS

Tabela 1 - Coeficiente de correlação item x total da escala

<i>Itens</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio padrão</i>	<i>Correlação Item-Total</i>	<i>Cronbach's Alpha se Item eliminado</i>
QRCSAHIS1 1	1,38	,509	,396	,932
QRCSAHIS1 2	1,47	,774	,273	,935
QRCSAHIS1 3	1,37	,567	,497	,931
QRCSAHIS1 4	1,15	,360	,523	,931
QRCSAHIS1 5	1,31	,466	,542	,931
QRCSAHIS1 6	1,58	,558	,601	,930
QRCSAHIS1 7	1,51	,544	,591	,930
QRCSAHIS1 8	1,29	,480	,573	,930
QRCSAHIS1 9	1,60	,574	,546	,931
QRCSAHIS1 10	1,45	,581	,698	,929
QRCSAHIS2 1	1,48	,564	,670	,929
QRCSAHIS2 2	1,73	,554	,569	,930
QRCSAHIS2 3	1,58	,712	,639	,929
QRCSAHIS2 4	1,60	,592	,623	,930
QRCSAHIS2 5	1,41	,556	,550	,930
QRCSAHIS2 6	1,66	,667	,555	,930
QRCSAHIS2 7	1,55	,500	,685	,929
QRCSAHIS2 8	1,29	,543	,600	,930
QRCSAHIS2 9	1,20	,456	,600	,930
QRCSAHIS2 10	1,49	,564	,546	,931
QRCSAHIS3 1	1,40	,492	,595	,930
QRCSAHIS3 2	2,04	,706	,506	,931
QRCSAHIS3 3	1,88	,689	,506	,931
QRCSAHIS3 4	1,66	,561	,652	,929
QRCSAHIS3 5	1,41	,516	,548	,931
QRCSAHIS3 6	1,48	,601	,492	,931
QRCSAHIS3 7	1,69	,466	,582	,930
QRCSAHIS3 8	2,25	,761	,425	,933
QRCSAHIS3 9	1,61	,552	,540	,931
QRCSAHIS3 10	1,30	,461	,543	,931

Considerando cada história em particular, relativamente à História 1 obteve-se um valor para o coeficiente *alpha* de Cronbach de .84 (ver Tabela 5, do anexo3), revelando uma consistência interna elevada. Os itens da História 1 apresentam uma correlação com o total da história que varia entre .284 (item 2) e .702 (ver Tabela 1).

A História 2 revela igualmente uma boa consistência interna ao apresentar um $\alpha=0,88$ (ver Tabela 6, do anexo3). Os itens da História 2 apresentam uma correlação com a história total entre .530 e .669 (ver Tabela 1).

Para a História 3 obteve-se um valor de $\alpha=.85$ (ver Tabela 7, do anexo3), com os itens a apresentarem valores de correlação com a história total entre .424 e .661 (ver Tabela 1).

Analisámos o índice de correlação entre as três histórias e entre a pontuação total da escala com o total de cada história, através do coeficiente de correlação de Pearson ($-1 \leq r \leq 1$). O índice de correlação entre a pontuação total da escala e cada uma das 3 histórias apresenta valores muito elevados, todos acima de .800. Assim, temos entre a escala total e a história 1, $r =.859$; entre a escala total e a história 2 temos uma correlação de .919, e entre a escala total e a história 3 apresenta um $r =.860$, com $p<0,01$. A correlação entre a História 1 e a História 2 é igualmente forte ($r = .729$), no entanto a correlação entre a História 1 e a História 3 é moderada ($r = .568$). Entre a História 2 e a História 3 verifica-se uma correlação forte ($r = .689$) (ver Tabela 2).

Tabela 2 - Índices de correlação entre as 3 histórias e a escala total (N = 93)

		<i>QRCSA</i>	<i>QRCSATH1</i>	<i>QRCSATH2</i>
		<i>TOTAL</i>		
<i>QRCSATH1</i>	Pearson Correlation	,859(**)		
	Sig. (2-tailed)	,000		
<i>QRCSATH2</i>	Pearson Correlation	,919(**)	,729(**)	
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	
<i>QRCSATH3</i>	Pearson Correlation	,860(**)	,568(**)	,689(**)
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000

** $p<.001$

Os valores de correlação obtidos permitem considerar que as histórias estarão a medir o mesmo construto, o que vem reforçar o valor de consistência interna da escala total.

Validade de construto

Para avaliar a validade empírica, recorreremos à análise factorial exploratória. Só a efectuámos por este instrumento ter sido construído por nós, e termos alguma necessidade de identificar se emergiam as dimensões teóricas de base da construção. Contudo, assumimos que não tem validade estatística esta análise, uma vez que a nossa amostra não cumpre o critério do tamanho exigido (n itens x5, que implica uma amostra mínima de 150 sujeitos).

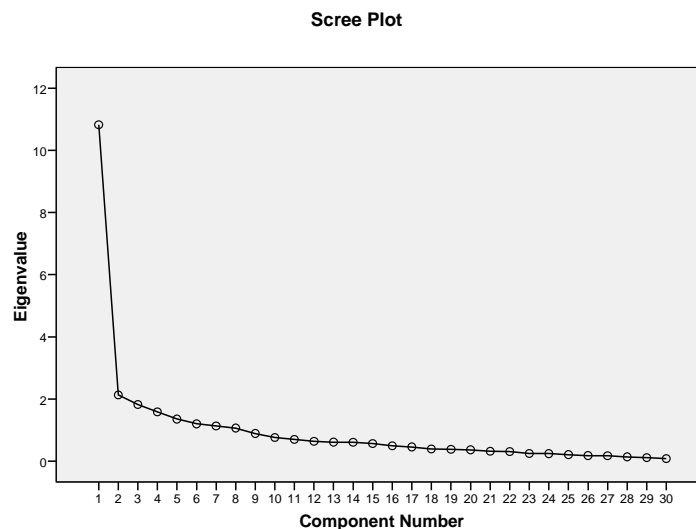
Começou-se por avaliar o KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e o teste de Esfericidade de Bartlett's (ver tabela 3). Tendo-se obtido um KMO= ,845 e o teste de Esfericidade de Bartlett's apresentar um *p-value*<0,00 concluímos que existem condições para se proceder à análise factorial (Maroco, 2007).

Tabela 3 - Critério KMO e Teste de Esfericidade de Bartlett's

Kaiser-Meyer-Olkin medida de adequação da amostra		,845
Teste de esfericidade de Bartlett	Approx. Chi-Square	1545,879
	df	435
	Sig.	,000

A estrutura factorial do Questionário de Representações sobre Abuso Sexual de crianças – Histórias (QRCSA-HIS) foi obtida pela Análise Factorial Exploratória (AFE), com extracção dos factores pelo método das componentes principais seguida de uma rotação Varimax. Os factores comuns retidos foram aqueles que apresentavam um *eigenvalue* superior a 1, em consonância com o *Scree Plot* (Gráfico 1) e a percentagem de variância explicada, uma vez que de acordo com Maroco (2007) a utilização de um único critério pode levar à retenção de mais ou menos factores do que os relevantes para descrever a estrutura latente.

Gráfico 1 – Scree Plot



A partir desta análise identificaram-se 8 factores que no seu conjunto explicam 70,38% da variância dos resultados⁵. Apresentamos de seguida a estrutura factorial obtida (tabela 8, do anexo 3/a).

O factor 1 explica 12,43% da variância. A análise dos itens que o compõem, de acordo com a respectiva saturação no factor (ver Tabela 4), levou-nos a concluir que este integra um conjunto de crenças legitimadoras do abuso sexual pela *banalização de situações que não impliquem a penetração*. Este factor 1 obteve um valor de consistência interna de alfa de Cronbach de .868.

Tabela 4 - Itens que integram factor 1 e respectiva saturação

QRCSAHIS1 6 - A Ana deve ter visto na televisão e depois baralhou-se com as brincadeiras do avô, pois agora tudo parece ser “abuso sexual”	.718
QRCSAHIS1 9 - Muito provavelmente a Ana teve algum pesadelo depois de ouvir as notícias que agora falam muito sobre abuso sexual de crianças e está confusa pensando que aconteceu o mesmo	.703
QRCSAHIS1 10 - Como o avô da Ana é viúvo, é provável que ele procure nas brincadeiras com a neta um pouco de carinho, que é percebido como um comportamento sexualmente abusivo	.654
QRCSAHIS1 7 - Não se pode dizer que o avô abuse sexualmente da Ana, pois não passa de umas “carficias”e não há realmente tentativa de ter relações sexuais com a menina	.639
QRCSAHIS1 8 - A Ana não devia andar a contar estas coisas por aí, pois corre mesmo o risco de que a sua família se desorganize e de que os pais e avô fiquem destroçados com esta história	.570
QRCSAHIS1 3 - A Ana é tão pequena que é um disparate que o avô tenha relações sexuais com ela	.508
QRCSAHIS2 3 - É possível que o professor tenha tido um comportamento menos próprio para com a Luísa, porque tem andado com muita pressão no trabalho e na vida familiar	.479
QRCSAHIS2 5 - Mesmo que o professor esteja a ser atrevido com a Luísa, ela pode gostar desse atrevimento, pois fala sentir-se mais crescidinha: até há um professor que a vê como namorada! Por isso, não pode ser visto como abuso sexual	.438

O factor 2 explica 9,87% da variância dos itens da escala. A análise dos itens que o integram (ver Tabela 5), nomeadamente dos que têm maior saturação, leva-nos a concluir que este é um factor que atribui ao abuso sexual uma legitimação associada à *(im)possibilidade de atribuição do abuso sexual ao abusador, em função do seu estatuto social, económico*. Este factor 2 obteve um valor de alfa de Cronbach de .804

⁵ Anexo 3/a - Análise Factorial Exploratória do QRCSAHIS

Tabela 5 - Itens que integram factor 2 e respectiva saturação

QRCSAHIS3 5 – Não faz nenhum sentido pensar em abuso sexual nesta situação, pois as mães são incapazes de ser sexualmente abusivas	.698
QRCSAHIS3 6 – Não é provável que uma mãe abuse do seu próprio filho, e ainda mais quando é tão pequeno como o Tomás	.680
QRCSAHIS3 10 – Mesmo que a mãe do Tomás lhe faça alguma coisa menos própria, não pode ser considerada abuso sexual, porque a senhora tem uma depressão	.659
QRCSAHIS3 1 – Não é muito provável que o Tomás seja abusado sexualmente, pois é um menino	.604
QRCSAHIS1 1 – O avô da Ana nunca faria verdadeiramente nada de sexualmente abusivo à sua própria neta	.507
QRCSAHIS3 9 – Mesmo que a Maria tenha algum contacto mais sexualizado com o filho Tomás, isso não deve ser muito valorizado, para se poder manter a relação entre mãe e filho que é tão importante para o desenvolvimento das crianças	.442

O factor 3 explica 9% da variância dos itens da escala (ver Tabela 6), sendo que estes se destacam por terem subjacente uma concepção que legitima o abuso sexual através da *normalização de situações abusivas como atitudes regulares no desenvolvimento*. Este factor 3 obteve um valor de consistência interna de alfa de Cronbach de .729.

Tabela 6 - Itens que integram factor 3 e respectiva saturação

QRCSAHIS3 8 – É absolutamente normal as mães dormirem com os seus filhos enquanto pequenos e o Tomás pode ter pensado que isso era um “romance” uma vez que agora é o “homem lá de casa”, pois os seus pais vivem separados	.783
QRCSAHIS3 3 – Se o Tomás fosse mesmo sexualmente abusado pela mãe, seria uma criança triste e facilmente se perceberia que algo de muito errado se estava a passar com ele	.783
QRCSAHIS3 2 – Nestas idades as crianças são muito curiosas pela área sexual, gostam de saber e de ver o corpo humano, e não faz sentido pensarmos em abuso	.632

Os itens que integram o factor 4 explicam 8,93% da variância do QRCSAHIS e vem reforçar a legitimação do abuso sexual pela *(im)possibilidade de atribuição do abuso sexual ao abusador, em função do seu estatuto social, económico e escolaridade* (ver Tabela 7). Este factor 4 obteve um valor de consistência interna de alfa de Cronbach de .723.

Tabela 7 - Itens que integram factor 4 e respectiva saturação

QRCSAHIS1 4 – É muito pouco provável que a Ana seja abusada pelo avô, pois quer os pais quer o avô são pessoas com estudos e bem formadas. A mãe é enfermeira e o avô até já foi polícia	.745
QRCSAHIS1 5 – Não é possível que o avô da Ana, naquela idade, sendo uma pessoa simpática, sem problemas mentais, possa abusar sexualmente da neta	.703
QRCSAHIS2 1 – O professor não arriscaria fazer alguma coisa tão grave como abusar sexualmente de uma aluna sua na escola	.542

O factor 5 explica 8,79% da variância e os itens que o integram, sobretudo os que nele têm uma maior saturação e especificidade (ver Tabela8) denotam uma explicação da *possibilidade de abuso sexual por comportamentos da criança/adolescente*. Este factor 5 obteve um valor de consistência interna de alfa de Cronbach de .779.

Tabela 8 - Itens que integram factor 5 e respectiva saturação

QRCSAHIS2 6 – A Luísa provoca o professor com a roupa que usa e, se não gostasse do que ele lhe faz, iria vestida de outra forma para a escola	.746
QRCSAHIS2 2 – É mais provável que a Luísa tenha um namorado e tenha inventado aquela história para as amigas e família, para se defender de algum mexerico	.616
QRCSAHIS3 4 – A mãe do Tomás anda mal, está suficientemente doente para nem poder tomar conta do Tomás, e portanto é bastante improvável que abuse sexualmente do filho	.587
QRCSAHIS3 7 – Os pais do Tomás estão divorciados, e está mesmo a ver-se que esta é uma história inventada pelo pai da criança, para ficar sempre com o filho consigo	.523

O factor 6 explica 8,35% da variância dos itens da escala. A análise dos itens que o integram levou-nos a concluir que este integra um conjunto de crenças legitimadoras do abuso sexual pela *banalização de situações que não impliquem a penetração* (ver Tabela9). Este factor 6 obteve um valor de consistência interna de alfa de cronbach de .779.

Tabela 9- Itens que integram factor 6 e respectiva saturação

QRCSAHIS2 10 – Mexer na t-shirt e na saia da Luísa pode ser considerado atrevimento e deve ser interrompido, mas é um exagero achar que é abuso sexual	.704
QRCSAHIS2 4 – É um exagero da Luísa considerar algum atrevimento por parte do professor, como abuso sexual. Os adolescentes tendem a ser mesmo exagerados e emotivos	.670
QRCSAHIS2 7 – Não parece que o professor abuse da Luísa, até porque se preocupa muito com ela, com as suas notas, e dá-lhe conselhos	.574

O factor 7 explica 8% da variância dos itens da escala (ver Tabela10), sendo que estes se destacam por terem subjacente uma concepção que legitima o abuso sexual através da *normalização de situações abusivas como atitudes regulares no desenvolvimento*. Este factor 7 obteve um valor de consistência interna de alfa de Cronbach de .80.

Tabela 10 - Itens que integram factor 7 e respectiva saturação

QRCSAHIS2 8 – A intervenção numa suspeita de abuso sexual é tão traumatizante, que mesmo que o professor tenha comportamentos mais sexualizados com a Luísa, é melhor para ela não os divulgar	.826
QRCSAHIS2 9 – Mesmo que o professor tenha “seduzido” a Luísa, ela não deveria divulgar a situação, pois é um problema muito íntimo, que vai invadir a sua privacidade	.810
QRCSAHIS2 3 – É possível que o professor tenha tido um comportamento menos próprio para com a Luísa, porque tem andado com muita pressão no trabalho e na vida familiar	.479

O factor 8 explica 4,8% da variância dos itens da escala (ver Tabela 11). Embora significativo, tem apenas um item, logo se noutra estudo mantiver esta estrutura será abandonado.

Tabela 11 - Itens que integram factor 8 e respectiva saturação

QRCSAHIS1 2 – O avô da Ana pode andar a passar por uma fase difícil, lidando mal com o facto de estar reformado, viúvo e dependente do filho, e por isso ter brincadeiras menos próprias com a neta	.850
--	------

A estrutura factorial obtida parece aproximar-se das dimensões teóricas prévias à construção do questionário. Os valores de consistência interna obtidos em cada factor são razoáveis. Todavia, considerando que o tamanho da amostra é insuficiente para a realização da análise factorial, não iremos utilizar os factores encontrados na estatística inferencial, mas apenas o total da escala e das histórias.

Validade concorrente

O QRCSA-His apresenta correlações moderadas e positivas com a ECAS. Uma vez que a ECCAS se propõe avaliar as crenças sobre o abuso sexual, os índices de correlação entre os dois instrumentos vêm reforçar as qualidades relativas à validade do QRCSA-His.

Tabela 12 – Correlação do QRCSA – His e ECAS

		QRCS- <i>His</i>	QRCS <i>His1</i>	QRCS <i>His2</i>	QRCS <i>His3</i>
ECAS	Pearson	,563(**)	,479(**)	,514(**)	,507(**)
	Correlation				
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000

** .01
* .05

Dados normativos

A média de respostas ao QRCSA-HIS é de 45,83 (DP = 9,99), para a História 1 a M = 14,02 e o DP = 3,47; para a História 2 a M = 14,92 e o DP = 3,95; para a História 3 a M = 16,7 e o DP = 3,83. Não foram estabelecidos valores médios em função do gênero por a nossa amostra ser essencialmente feminina (96 sujeitos do sexo feminino e 2 do sexo masculino).

Questionário sobre Abuso Sexual de Crianças – Factores Desencadeadores, Manutenção e Resolução (QCSAFMR)

O Questionário sobre Abuso sexual de Crianças – Factores **Desencadeadores**, Manutenção e Resolução (QCSAFMR) (Alberto, Alarcão, Querido & Fazenda, 2008)⁶ é composto por três conjuntos de afirmações relativas a factores que se julga poderem facilitar as situações de abuso sexual a crianças e a sua manutenção, bem como factores que podem interromper e/ou parar estas relações abusivas. Para cada conjunto de afirmações foram considerados factores associados à criança (vítima), ao abusador e ao contexto familiar e social.

Foi solicitado aos sujeitos que sinalizassem, para cada afirmação, qual o seu grau de concordância, usando a escala de Likert em que 1 – “Discordo totalmente”, 2 – “Discordo”, 3 – “Concordo”, 4 – “Concordo totalmente”.

Estudos de precisão

Tendo como base a nossa amostra, de 98 educadores de infância, relativamente às características psicométricas⁷, no que respeita à fidelidade de QCSAFMR foi calculado o coeficiente *alpha* de Cronbach. O valor obtido ($\alpha = .852$) revela uma consistência interna elevada. Verificou-se que a eliminação de qualquer item do instrumento não influenciaria a sua consistência interna.

⁶ Anexo 1 - INSTRUMENTOS UTILIZADOS

⁷ Anexo 4 - Características Psicométricas do QCSAFMR

Tabela 13 – Coeficiente de correlação item x total da escala

<i>Itens</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio padrão</i>	<i>Correlação Item-Total</i>	<i>Cronbach's Alpha se Item eliminada</i>
QCSAFMR 11	2,42	,618	,208	,851
QCSAFMR 12	2,26	,628	,027	,855
QCSAFMR 13	1,83	,691	,354	,848
QCSAFMR 14	2,50	,783	,431	,846
QCSAFMR 15	2,48	,810	,305	,850
QCSAFMR 16	1,87	,722	,025	,855
QCSAFMR 17	2,10	,835	,295	,850
QCSAFMR 18	2,27	,716	,307	,849
QCSAFMR 19	2,04	,669	,140	,853
QCSAFMR 110	2,88	,650	,341	,849
QCSAFMR 111	2,27	,632	,376	,848
QCSAFMR 112	2,86	,712	,210	,851
QCSAFMR 113	2,46	,656	,337	,849
QCSAFMR 114	2,27	,667	,086	,854
QCSAFMR 115	2,72	,687	,149	,853
QCSAFMR 116	2,40	,684	,078	,854
QCSAFMR 21	3,54	,544	,474	,847
QCSAFMR 22	3,12	,700	,284	,850
QCSAFMR 23	2,88	,650	,292	,850
QCSAFMR 24	2,96	,598	,300	,850
QCSAFMR 25	3,18	,610	,327	,849
QCSAFMR 26	3,27	,557	,423	,848
QCSAFMR 27	3,47	,524	,468	,847
QCSAFMR 28	3,10	,720	,323	,849
QCSAFMR 29	3,42	,580	,465	,847
QCSAFMR 210	2,87	,690	,294	,850
QCSAFMR 211	2,69	,664	,405	,847
QCSAFMR 212	2,72	,687	,293	,850
QCSAFMR 213	2,96	,579	,475	,846
QCSAFMR 214	3,09	,612	,303	,849
QCSAFMR 215	3,01	,645	,363	,848
QCSAFMR 216	3,29	,640	,357	,848
QCSAFMR 31	2,93	,790	,390	,847
QCSAFMR 32	3,68	,493	,323	,849
QCSAFMR 33	3,73	,445	,435	,848
QCSAFMR 34	3,62	,488	,392	,848
QCSAFMR 35	2,06	,709	,156	,853
QCSAFMR 36	3,48	,657	,401	,847
QCSAFMR 37	3,72	,520	,352	,849
QCSAFMR 38	3,00	,848	,314	,849
QCSAFMR 39	3,50	,585	,468	,847
QCSAFMR 310	3,39	,631	,380	,848
QCSAFMR 311	2,68	,776	,321	,849
QCSAFMR 312	2,94	,798	,202	,852
QCSAFMR 313	3,20	,657	,476	,846
QCSAFMR 314	2,73	,958	,182	,854

QCSAFMR 315	3,31	,681	,359	,848
QCSAFMR 316	3,80	,429	,357	,849

Quanto aos itens relativos aos *factores facilitadores da ocorrência de abuso sexual* (factor 1) obtivemos um valor para o coeficiente *alpha* de Cronbach de .81, revelando uma consistência interna elevada. Os itens que o compõem apresentam uma correlação com o total do factor entre .244 e .613 (ver Tabela 13).

O segundo conjunto de itens, *factores responsáveis pela manutenção do abuso sexual* (factor 2), revela igualmente uma boa consistência interna ao apresentar um $\alpha=.86$. Os seus itens apresentam uma correlação com o factor total entre .319 e .619 (ver Tabela 13).

Em relação aos itens referentes aos *factores “responsáveis” pela resolução de situações de abuso sexual* (factor 3), obtivemos um valor de $\alpha=.80$, com os itens a apresentarem valores de correlação com o escalão total do factor entre .309 e .560 (ver Tabela 13).

Tabela 14 - Correlações entre o QCSAFMR, as 3 sub-escalas e o QRCS-His e a ECCAS

		QRCS- His	FACTOR 1	FACTOR 2	FACTOR 3
FACTOR 1	Pearson Correlation	,201			
	Sig. (2-tailed)	,062			
FACTOR 2	Pearson Correlation	-,234(*)	,180		
	Sig. (2-tailed)	,024	,085		
FACTOR 3	Pearson Correlation	-,220(*)	,127	,479(**)	
	Sig. (2-tailed)	,038	,232	,000	
ECAS	Pearson Correlation	,563(**)	,169	-,300(**)	-,198
	Sig. (2-tailed)	,000	,107	,003	,056

** .01

* .05

O QCSAFMR apresenta algumas correlações estatisticamente significativas moderadas a baixas entre os 3 grupos de factores. Algumas correlações existentes são negativas, ou seja sempre que a pontuação de uma escala aumenta, a pontuação da outra

escala diminui. O Factor 1 (factores desencadeadores/facilitadores) não apresenta qualquer correlação estatisticamente significativa com os restantes factores. O QCSAManutenção (QCSAFACT2) apresenta um coeficiente de correlação negativo baixo com a escala total QRCSA-HIS ($r = -0,234$; $p = .024$) e também com o QRCSATH2 ($r = -0,211$; $p = .039$). Com QRCSATH3 apresenta um valor de $r = -0,252$ com $p = .013$ com a escala total.

O QCSAResolução (QCSAFACT3) apresenta duas correlações negativas baixas, com o QRCSATHis ($r = -0,220$; $p = .038$) e com o QRCSATH2 ($r = -0,252$; $p = .015$). E apresenta ainda uma correlação estatisticamente significativa positiva moderada com QCSAManutenção (QCSAFACT2), com $r = 0,479$; $p = .000$.

Estudos de Validade

A ECAS apresenta um coeficiente de correlação com QRCSA-His positivo e moderado ($r = .563$; $p = .000$). Com cada uma das histórias que compõem o QRCSA-His o coeficiente de correlação da ECAS é positivo e moderado: com a História 1 obteve-se um $r = .479$ ($p = .000$); História 2, $r = .514$ ($p = .000$) e a História 3 um índice $r = .507$ ($p = .000$).

Dados normativos

A média de respostas ao QCSAFMR é de 138,94 (DP = 11,356), para o Factor 1 a $M = 37,36$ e o DP = 5,89; para o factor 2 a $M = 48,85$ e o DP = 5,87; para o Factor 3 a $M = 52,3$ e o DP = 5,47.

Escala de Crenças sobre Abuso Sexual - ECAS

A Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS)⁸ integra um conjunto de afirmações em relação a situações de abuso sexual, aferida para a população portuguesa por Machado, Gonçalves e Matos (2000). A escala é constituída por 17 itens, construídos a partir da observação clínica de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e da literatura sobre mitos e crenças culturais em relação ao abuso. Foram utilizadas ainda, como referências na sua construção, os relatos fruto da observação clínica de abusadores, bem como a literatura acerca das suas estratégias cognitivas de legitimação do comportamento sexualmente abusivo.

As opções de resposta na escala encontram-se formuladas numa escala de Likert de 5 pontos, desde 1 (“discordo totalmente”) a 5 (“concordo totalmente”). Pede-se aos sujeitos que respondam de acordo com a sua forma de pensar e de sentir e não como pensam que deveria ser. Foi elaborada a reflexão falada destes itens, junto de amostras da população normativa, bem como junto de técnicos que trabalham com vítimas de crimes sexuais. Posteriormente, o estudo normativo conduzido com 372 sujeitos, identificou 3 factores nas respostas à ECAS: a legitimação do abuso pela sedução infantil (itens 4, 6, 8, 9, 11, 12,13, e 16), a sua legitimação pela ausência de violência (itens 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17) e a crença de que o abuso não existe quando o ofensor não corresponde a um estereótipo pré-definido (itens 1,2, 3, 4 e 5).

O índice total do questionário constitui uma medida genérica de tolerância/legitimação do abuso sexual, enquanto as notas específicas obtidas pelos factores nos permitem avaliar as crenças centrais subjacentes a tal legitimação.

Num estudo conduzido em 2003⁹, com psicólogos e estudantes (de psicologia e de educação), foi administrada a ECAS com o objectivo analisar os discursos sociais e culturais sobre o abuso sexual de crianças, reflectindo sobre o seu impacto nas vítimas. A média obtida pelo total dos psicólogos na ECAS foi de 1,52, com um desvio-padrão de 0,43. A média do total dos alunos de Psicologia do 1º ano na ECAS foi de 1,58, com um desvio-padrão de 0,32. Quanto aos alunos do 5º ano de Psicologia, estes obtiveram uma média de 1,40 com um desvio-padrão de .26.

⁸ Anexo 1 - INSTRUMENTOS UTILIZADOS

⁹ Almeida, A. (2003). Abuso sexual de crianças – crenças e discursos da psicologia. Mestrado em Psicologia da Justiça. Universidade do Minho.

Nos alunos do 1º ano de Educação a média obtida foi de 1,73 com um desvio-padrão de .36, enquanto os alunos do 5º ano de Educação obtiveram uma média de 1,49 com um desvio-padrão de .36.

No nosso estudo e relativamente à fidelidade de ECAS foi obtido um coeficiente *alpha* de Cronbach de .859 (ver Tabela 12, do anexo 5), que traduz uma consistência interna elevada¹⁰.

Tabela 15 - Coeficiente de correlação item x total da escala

<i>Itens</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio padrão</i>	<i>Correlação Item-Total</i>	<i>Cronbach's Alpha se Item eliminado</i>
ECAS 1	1,52	,694	,279	,862
ECAS 2	1,24	,451	,495	,851
ECAS 3	1,55	,578	,367	,856
ECAS 4	1,71	,539	,625	,845
ECAS 5	1,49	,614	,448	,853
ECAS 6	1,79	,691	,362	,858
ECAS 7	1,30	,482	,543	,849
ECAS 8	1,72	,573	,615	,845
ECAS 9	1,67	,673	,306	,860
ECAS 10	1,45	,629	,471	,852
ECAS 11	1,43	,538	,677	,843
ECAS 12	1,56	,577	,527	,849
ECAS 13	1,65	,693	,545	,848
ECAS 14	1,25	,434	,519	,850
ECAS 15	1,37	,527	,479	,851
ECAS 16	1,75	,630	,527	,849
ECAS 17	1,19	,391	,529	,851

A eliminação de qualquer item do instrumento não influenciaria a consistência interna da escala. Verifica-se que os itens apresentam uma correlação com a escala que varia entre .279 e .677 (Tabela 15).

A média de respostas na ECAS, pelos educadores de infância, é de 25,64, com um desvio-padrão de 5,44. Declarando uma tendência discordante em relação aos itens que compõem a escala.

¹⁰ Anexo 5 – Características psicométricas do ECAS

3.3. DESCRIÇÃO DA AMOSTRA¹¹

Na recolha de dados para o estudo recorreremos à técnica de amostragem não-aleatória, por conveniência, entre Março e Abril de 2009, junto de educadores de infância e de estudantes do curso de educação de Infância (4º ano de uma Escola Superior de Educação). Os potenciais sujeitos foram contactados, na maioria dos casos, através do seu local de trabalho e, em algumas situações, por contactos pessoais. Dos questionários administrados presencialmente pelo investigador resultou uma amostra de 98 sujeitos, sendo 96 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Dada a discrepância na distribuição da amostra pelos dois géneros, esta não será uma variável sócio demográfica a considerar. Da amostra do nosso estudo, 55 são educadores de infância, dos quais apenas 5,1% assumem a coordenação pedagógica e 40 dos sujeitos são estudantes do 4ºano do curso de educação de infância.

A idade mínima dos sujeitos é 21 anos e a idade máxima 53 anos, situando-se a média de idades nos 31 anos. Sendo maioritariamente solteiros (67%) e apenas 24,7% dos sujeitos casados ou em união de facto.

Tabela 16 – Estado civil

	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
solteiro	65	67,0
casado ou união de facto	24	24,7
divorciado/separado	6	6,2
viúvo	2	2,1
Total	97	100,0

Dos sujeitos que compõem a amostra, 68,4% não têm filhos e 21,4% têm um filho, sendo este maioritariamente do sexo masculino (54,8%).

Relativamente às habilitações literárias, 40 são estudantes (40,8%) e 55 são licenciados (56,1%). Destes profissionais, apenas 5,1% assumem as funções de coordenação pedagógica.

¹¹ Ver Anexo 2 – Descrição da Amostra

Tabela 17 – Habilitações académicas

	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
estudante	40	40,8
bacharelato	2	2,0
licenciados	55	56,1
mestrado	1	1,0
Total	98	100,0

Dos sujeitos da nossa amostra 57,3% desempenham funções em IPSS, 35,4% na rede pública e apenas 7,3% na rede privada (ver tabela 1, do anexo 2).

Relativamente à experiência profissional, a nossa amostra revela-se desde não ter tempo de serviço (estudantes) até um máximo de 32 anos de serviço, sendo a média de 6,4 anos (com um desvio padrão de 8,49).

Quando questionados se já tinham tido contacto com crianças vítimas de CSA, 94,8% revelou uma resposta negativa, enquanto apenas 5,2% verbalizaram já ter tido esse contacto (ver Tabela 2, do anexo 2). No entanto, relativamente ao contacto com outras formas de maltrato, 67,7% dos sujeitos respondeu negativamente, enquanto 32,3% afirmou já ter contactado com crianças maltratadas (ver Tabela 3, do anexo 2).

Aos sujeitos da nossa amostra foi questionado, se caso suspeitassem da ocorrência de CSA, a quem comunicariam (conforme Tabela 4, do anexo2). Revelando um maior número de comunicações à Coordenação Pedagógica (38,1%), seguida da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e da Assistência Social. Sendo aqui de destacar que 15,5% dos sujeitos comunicaria em simultâneo à Coordenação Pedagógica e à CPCJ.

Quando questionados sobre a sua percepção relativamente à sua formação para *identificar* uma situação de suspeita de CSA (ver tabela 18) 45,9% dos sujeitos revela ser “insuficiente” enquanto 37,8% revela ser “satisfatória”, e apenas 15,3% afirma ser “boa”.

Tabela 18 - Formação do educador de infância sobre abuso sexual de crianças

	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
insuficientes	45	45,9
satisfatória	37	37,8
boa	15	15,3
muito boa	1	1,0
Total	98	100,0

Em relação à forma como percebem a sua formação para *actuar* numa situação de suspeita de CSA (ver tabela 19) 57,1% revela ter formação “insuficiente”, 29,6% diz ter formação “satisfatória” e apenas 13,3% a percebe como “boa”.

Tabela 19 - Formação do educador de infância para *actuar* numa suspeita de CSA

	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
insuficientes	56	57,1
satisfatória	29	29,6
boa	13	13,3
Total	98	100,0

As fontes de formação/informação sobre CSA (ver tabela 20) a que os sujeitos da nossa amostra tiveram acesso foram a comunicação social (19,4%) seguida da conjunção entre a comunicação social e as leituras alusivas ao tema com 19,4% e a associação entre a comunicação social, as leituras alusivas ao tema e a pesquisa informática com 16,3%. Estes dados totalizam 54 dos sujeitos, repartindo-se os restantes pelas diferentes formas de conjunção de fontes.

Tabela 20 - As fontes de *formação/informação* dos educadores de infância sobre CSA

	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
Acções de formação	4	4,1
Comunicação social	19	19,4
Leituras	8	8,2
Pesquisa informática	3	3,1
Ac. Formação e leituras	19	19,4
Com. Social, leituras e pesq. informática	16	16,3
Outras associações	29	29,6
Total	98	100,0

3.4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Representações sobre Abuso Sexual de Crianças

Com o objectivo de avaliar a normalidade¹² da distribuição da amostra do nosso estudo, para o QRCSA-HIS, recorreu-se ao teste de Kolmogorov-Sminorv, uma vez que o nosso n é de 93 sujeitos ($n \geq 50$). O quadro apresenta o teste de K-S com a correcção de Lilliefors, com p -value (“sig.”) de 0,2 com uma probabilidade de erro de 0,05 podemos concluir que a distribuição não é normal. No entanto, considerando o nosso n e que os valores de desvio não são significativos, ou seja a distribuição não é extremamente enviesada nem achatada, optámos por aplicar os testes paramétricos, que se revelam robustos à violação do pressuposto da Normalidade nestas condições.

Para avaliar se o género, a idade e o número de filhos teriam influência nas respostas ao QRCSAHIS, pelos sujeitos da nossa amostra, recorreu-se à ANOVA (ver Tabela 21).

Verificámos que o género dos sujeitos não influenciou significativamente as respostas ao QRCSA-HIS ($F(1,53) = .489$; $p = .487$). Quanto à idade, verificámos igualmente não existirem diferenças estatisticamente significativas ($F(27,53) = 1,459$; $p = .361$). Finalmente, as respostas ao QRCSA-HIS não parecem ser influenciadas pelo número de filhos dos sujeitos ($F(3,53) = .537$; $p = .659$).

Tabela 21 - ANOVA aplicada ao QRCSATotal em função do género, da idade e do número de filhos

QRCSAHIS total			
	df	F	p
Género	1	.489	.487
Idade	27	1.459	.361
Nº de filhos	3	.537	.659
Idade*Nº de filhos	7	1.459	.202

¹² Anexo 6- Testes de Normalidade do QRCSA-HIS

Relativamente à interacção idade x número de filhos, o valor de F não é estatisticamente significativo ($F(7,53) = 1,459$; $p=.202$).

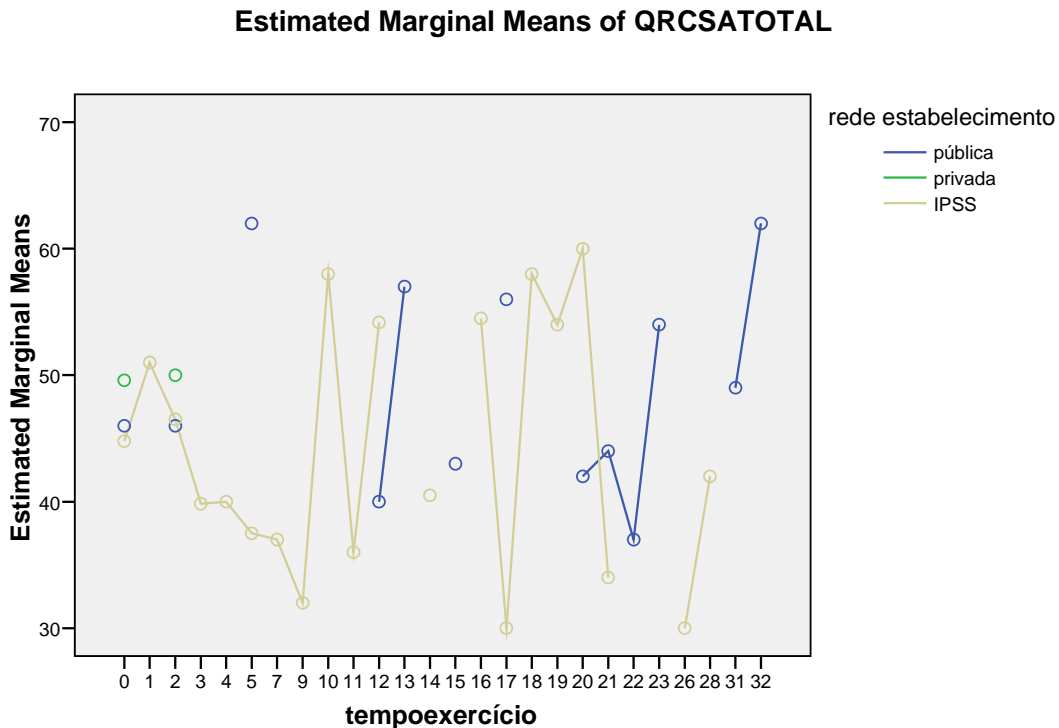
Tabela 22 - ANOVA aplicada ao QRCSAHIS1 em função do Tempo de exercício, da Função profissional e da Rede do Jardim de Infância

QRCSAHIS 1			
	df	F	p
Tempo Exercício	23	1,512	.105
Função prof.	1	.535	.467
Rede Jar.Inf.	2	.017	.983
Tp. Exer.*Rede	5	2.597	.035*

p<.005

Analisando a influência do tempo de exercício, a função profissional desempenhada e a rede do jardim-de-infância (ver Tabela 21), verificámos que QRCSATH1 não é influenciado pelo tempo de exercício dos educadores de infância ($F(23,57) = 1,512$; $p=.105$). Quanto à função desempenhada pelo sujeito (estudante, educador de infância, coordenador) não se verificaram diferenças estatisticamente significativas ($F(1,57) = .535$; $p=.467$). Relativamente à rede a que pertence o jardim-de-infância (pública, privado, IPSS) não existem diferenças estatisticamente significativas nas respostas ao QRCSATH1 ($F(2,57) = .017$; $p=.983$). No entanto, entre o tempo de exercício do educador de infância e a rede a que pertence o jardim-de-infância revela-se uma interacção estatisticamente significativa ($F(5,57) = 2,597$; $p=.035$) (Ver Gráfico 2).

Gráfico 2 – Representação gráfica da interacção entre o tempo de exercício do educador de infância e a rede a que pertence o jardim-de-infância



- Em função da formação do educador de infância sobre CSA

Considerámos se a formação do educador de infância sobre CSA teria influência na resposta ao QRCSAHIS, verificando que não existem diferenças estatisticamente significativas ($F(3,85) = .362$; $p = .781$) (ver Tabela 22).

De modo semelhante, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas respostas ao QRCSA-HIS em função da formação dos sujeitos para actuar em situação de ocorrência de CSA ($F(2,85) = .175$; $p = .840$).

Relativamente à interacção formação do educador de infância sobre CSA x formação para actuar em situação de CSA esta não é estatisticamente significativa ($F(2,85) = 1,449$; $p = .241$).

Tabela 23 - ANOVA aplicada ao QRCSAHis1 em função da Formação sobre CSA e Formação para actuar em caso de CSA

QRCSAHIS	df	F	p
	Formação CSA	3	.362
Formação/actuação	2	.175	.840
Formação CSA*Form.Ac	2	1.449	.241

- Em função do contacto do educador de infância com casos de CSA

Analisando a influência do contacto do educador de infância com casos de CSA, nas respostas ao QRCSA-HIS aplicou-se o teste *t*-Student (Tabela 23). Para o QRCSATotal verifica-se que as diferenças observadas entre os dois grupos não são significativas ($t(89)=-1,338$; $p=0,184$). O mesmo acontece para a História 1 ($t(93)=-1,408$; $p=0,162$), a História 2 ($t(92)=-0,944$; $p=0,347$) e a História 3 ($t(92)=-1,353$; $p=0,179$).

Tabela 24 - Comparação de resultados em função do contacto com CSA (Teste *t* – Student)

	C/ contacto CSA		S/ contacto CSA		t	p
	M	DP	M	DP		
QRCSAHIS total (n=91)	51,80	11,41	45,66	9,89	-1,338	.184
QRCSAhis 1 (n=95)	16,20	4,66	13,97	3,38	-1,408	.162
QRCSAhis 2 (n=94)	16,60	4,22	14,88	3,96	-0,944	.347
QRCSAhis 3 (n=94)	19,00	3,74	16,62	3,83	-1,353	.179

- Em função do contacto do educador de infância com casos de Maltrato

O QRCSA-HIS foi também avaliado em relação ao contacto dos sujeitos com situações de maltrato com a aplicação do teste *t*-Student (Tabela 24). As diferenças

observadas entre os dois grupos não são significativas para o QRCSATotal ($t(58,439)=0,298$; $p=0,766$), nem para nenhuma das histórias que o compõem, obtendo-se valores de t para a História 1 de ($t(93)=-0,45$; $p=0,964$), História 2 ($t(92)=0,410$; $p=0,683$) e História 3 ($t(92)=0,365$; $p=0,716$).

Tabela 25 - Comparação de resultados em função do contacto com Maltrato (Teste t – Student)

	C/ contacto		S/ contacto		t	p
	Maltrato		Maltrato			
	M	DP	M	DP		
QRCSAHIS total (n=91)	51,80	11,41	45,66	9,89	-1,338	.184
QRCSAHis 1 (n=95)	16,20	4,66	13,97	3,38	-1,408	.162
QRCSAHis 2 (n=94)	16,60	4,22	14,88	3,96	-0,944	.347
QRCSAHis 3 (n=94)	19,00	3,74	16,62	3,83	-1,353	.179

No que diz respeito ao QRCSAHis, os nossos sujeitos declaram uma menor legitimação do abuso sexual de crianças na história 1 revelando respostas discordantes totalmente ($M=14,02$; $DP=3,47$). Embora para a história 2 ($M=14,92$; $DP=3,95$) e para a história 3 ($M=16,7$; $DP=3,83$) os resultados revelem respostas discordantes com os itens que compõem a escala, e mais próximos dos afirmados também na resposta à ECCAS, demonstrando desta forma maior legitimação do abuso sexual de crianças. Apesar de demonstrarem maior ou menor legitimação do abuso sexual, as variáveis sócio-demográficas que caracterizam os sujeitos não se revelaram influentes nas suas respostas.

Relativamente ao **Questionário sobre Abuso Sexual de Crianças – Factores Desencadeadores/facilitadores, de Manutenção e Resolução (QCSAFMR)** analisámos as respostas dos nossos sujeitos, a partir do seu grau de concordância com os itens que compõem a escala, sendo que para cada conjunto de factores existem condições da criança/vítima, condições do abusador e condições externas.

Ao analisarmos as respostas dos nossos sujeitos, em relação aos factores desencadeadores/facilitadores (ver Tabela 25), o factor com mais concordância foi a existência de antecedentes de violência na família de origem do abusador, com 81,6%. De seguida, surge o facto de o abusador ter sido ele próprio vítima de abuso sexual quando criança ou adolescente com 76,5%. Ainda com um nível significativo de concordância, os nossos sujeitos referem a doença mental do abusador, com 69,4%.

O factor com o qual os sujeitos apresentam mais discordância é o baixo grau de instrução do abusador, com 85,7%. O comportamento provocador da vítima é igualmente considerado como não relevante pelos sujeitos (80,7%) sendo que nenhum dos sujeitos concordou totalmente com este item, seguido da falta de atenção por parte do cônjuge (78,5%).

Importa ainda referir que o consumo de álcool surge com um grau de concordância/discordância muito equivalente, 50% dos sujeitos discorda com este factor enquanto os outros 50% concordam, embora nenhum sujeito concorde totalmente. Outros itens apresentam valores muito próximos entre a discordância e a concordância, entre eles, a atitude negligente por parte dos pais da vítima, as características habitacionais que favorecem a promiscuidade e a deficiência mental e/ou física da vítima.

Estes resultados replicam o modelo das quatro pré-condições, de Finkelhor, que têm implicações quer no plano individual quer sociocultural do abusador e da vítima. A activação sexual do abusador revela-se a partir de experiências traumáticas na sua infância, traduzindo-se em atribuições e percepções erradas ao nível sexual. As perturbações de natureza psicológica (como as psicoses, senilidade ou desordens compulsivas), o recurso a substâncias tóxicas, drogas e álcool são factores que predis põem para a desactivação dos inibidores internos. As condições de habitabilidade precárias, isolamento social e a falta de supervisão da criança por outros adultos representam os factores que predis põem para a desactivação dos inibidores externos. Estes factores são também mencionados por Magalhães (2005) que destaca as fontes de tensão associadas ao contexto familiar, como a extrema pobreza, situações profissionais instáveis e más condições de trabalho, famílias desestruturadas e sem suporte na família alargada. Machado (2002) reitera destas condições, referindo que as crianças por serem menos supervisionadas e mais carentes emocionalmente se tornam mais acessíveis de serem cativadas pelo abusador. A quarta pré-condição compreende os factores que predis põem para a dominação da resistência da criança. Onde se considera a

insegurança da criança, a falta de informação acerca das situações de abuso sexual e por outro lado a ansiedade que envolve a abordagem da temática sexual acrescida da ausência de educação sexual, que tem implicações quer sobre a criança quer sobre os pais.

Além dos factores considerados como desencadeadores da ocorrência de abuso sexual da criança, uma das crenças mais relevantes acerca desta problemática é apontada por 69,4% dos nossos sujeitos. A existência de “doença mental” por parte do abusador atribui a necessidade de tratamento psicológico, e mais do que punição pelo acto abusivo que cometeu, a ideia fundamentada na relutância em aceitar que este tipo de crime possa ocorrer em meio intrafamiliar.

Tabela 26 - Percentagem de respostas obtidas para cada item nos 4 pontos da escala de Likert (Factores Desencadeadores)

<i>I.</i>	<i>O abuso sexual de crianças geralmente acontece devido a:</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>
1.	Consumos de álcool ou drogas por parte do abusador	8,2	41,8	50	0
2.	Falta de atenção para com a criança/adolescente que fica assim mais vulnerável	9,2	59,2	28,6	3,1
3.	Baixo grau de instrução do abusador	34,7	51,0	12,2	2,0
4.	Baixa auto-estima do abusador	12,2	32,7	46,9	7,1
5.	Deficiência mental e/ou física da vítima	13,5	32,7	45,9	6,1
6.	Comportamento provocador da vítima	32,7	48,0	19,4	0
7.	Idade da vítima	26,5	41,8	25,5	4,1
8.	Problemas conjugais do abusador	14,3	44,9	39,8	1,0
9.	Falta de atenção para com o abusador por parte do cônjuge	17,3	61,2	18,4	2,0
10.	Antecedentes de violência na família de origem do abusador	5,1	13,3	69,4	12,2
11.	Isolamento social da família da vítima	9,2	54,1	34,7	1,0
12.	O adulto abusador foi ele próprio vítima de abuso sexual quando criança ou adolescente	5,1	18,4	59,2	17,3
13.	Características habitacionais que favorecem a promiscuidade	6,1	45,9	44,9	3,1
14.	Educação das crianças no sentido de que o adulto deve ser sempre obedecido	11,2	52,0	34,7	2,0
15.	Doença mental do abusador	5,1	25,5	60,2	9,2
16.	Atitude negligente por parte dos pais da criança/adolescente vítima	9,2	42,9	45,9	2,0

Relativamente aos factores que contribuem para a manutenção das relações sexualmente abusivas (ver tabela 26), as respostas dos nossos sujeitos são tendencialmente concordantes com os itens que compõem a escala. Destacam-se, no entanto, a ausência de denúncia por parte da vítima ou da família (98%) com a maioria a concordar totalmente – 59,2% e 38,8% a concordar, sendo que nenhum sujeito discordou totalmente com este item. O medo, por parte da vítima, de que não acreditem nela, surge igualmente com elevado nível de concordância (98%), com 50% de concordância total e as ameaças por parte do abusador, com 97,9% dos sujeitos a concordar com este item. É ainda de salientar a ambivalência de sentimentos da vítima face ao abusador, uma vez que geralmente é seu conhecido e/ou familiar, com 93,9% de respostas concordantes e nenhuma resposta discordante totalmente, além da falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda, com 59,2% dos sujeitos a concordar com este item e 30,6% que concordam totalmente.

O item com o qual os sujeitos se revelam mais discordantes é “a ternura, atenção e prestação de cuidados por parte do abusador, fora dos momentos de abuso” com 37,7% das respostas. Seguida da “ausência de denúncia por parte dos profissionais” com 35,7%. Deste conjunto de itens, destacamos ainda “a boa imagem social e o poder que o adulto (abusador) possa ter na comunidade” pelo facto de nenhum sujeito discordar totalmente deste item, enquanto 64,3% concordam, 19,4% discordam e 16,3% concorda totalmente.

Os resultados obtidos no nosso estudo revelam coerência com a literatura existente, que nos confirma que metade dos abusadores é conhecida e que 1/4 a 1/3 são familiares da vítima, enquanto que os estranhos constituem apenas 7-25% dos abusadores. De acordo com Finkelhor e Ormrod (2001) dos detidos por abusos a crianças 48% vitimizaram um familiar ou conhecido (38%). Wolfe e Birt (1997 cit. por Machado, 2002, p.45) revelam que embora exista o estereótipo sobre a perigosidade dos estranhos, “em termos genéricos, podemos dizer que apenas 10 a 30% das vítimas são abusadas por desconhecidos, aproximadamente 40% são-no por pessoas conhecidas ou próximas e os restantes 30% a 50% são-no por elementos da própria família”.

A literatura e os estudos empíricos têm corroborado a ideia que o abuso sexual está envolto em circunstâncias que impedem a criança de dar a conhecer a situação abusiva em que se encontra. Alberto (2000) faz referência ao secretismo, ao tabu social, à falta de credibilidade conferida às declarações da criança, considerando a evidência médica a principal prova de abuso, as ameaças por parte do agressor, a vergonha e o

medo de fragmentar a estrutura familiar, e também o sentimento de lealdade para com os pais. Terry e Tallon (s/d) referem ainda que a demora entre a ocorrência do abuso sexual de crianças e a sua revelação depende de factores como o relacionamento entre o abusador e a vítima, as características de desenvolvimento cognitivo da vítima e as prováveis consequências da revelação. De acordo com Carmo, Alberto e Guerra (2006) o abusador sexual não é apenas o agressor, em contexto intrafamiliar, este assume outros papéis como pai, como cônjuge, sendo portanto difícil para todos os envolvidos a separação dos diferentes interesses, particularmente para a criança, para a qual a reunificação da família é um dos interesses maiores, perante uma acusação e a consequente punição.

Tabela 27 - Percentagem de respostas obtidas para cada item nos 4 pontos da escala de Likert (Factores de Manutenção)

<i>II. O que mais contribui para a manutenção das relações sexualmente abusivas é:</i>	1	2	3	4
1. Ausência de denúncia por parte da vítima ou da família	0,0	2,0	38,8	59,2
2. Falta de confiança na eficácia da justiça	1,0	15,3	52,0	31,6
3. Valorização da intimidade pessoal/privacidade	1,0	25,5	59,2	14,3
4. Isolamento social da vítima e/ou da família	2,0	16,3	66,3	15,3
5. Falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda	0,0	10,2	59,2	30,6
6. Ambivalência de sentimentos da vítima face ao abusador, uma vez que geralmente é seu conhecido e/ou familiar	0,0	6,1	58,2	35,7
7. Medo, por parte da vítima, de que não acreditem nela	1,0	1,0	48,0	50,0
8. Desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos	2,0	15,3	52,0	30,6
9. Ameaças por parte do abusador	1,0	1,0	51,0	46,9
10. Medo, por parte de vítima, de que o abusador seja preso, no caso de ser um familiar próximo	3,1	22,4	58,2	16,3
11. Ternura, atenção e prestação de cuidados por parte do abusador, fora dos momentos de abuso	2,0	35,7	52,0	10,2
12. Ausência de denúncia por parte dos profissionais	2,0	33,7	51,0	13,3
13. A boa imagem social e o poder que o adulto (abusador) possa ter na comunidade	0,0	19,4	64,3	16,3
14. O receio da vítima de ser sujeita a várias avaliações e depoimentos	1,0	10,2	63,3	25,5
15. O receio da vítima de que venha a ser colocada numa instituição	1,0	16,3	61,2	21,4
16. O medo da vítima de que fique rotulada como “alguém que foi sexualmente abusado”	1,0	7,1	50,0	41,8

Os itens considerados como mais importantes para pôr fim às relações sexualmente abusivas (ver Tabela 27), pelos sujeitos deste estudo, são “estimular a denúncia das situações de abuso sexual” (100%) com 75,5% de concordância total, 24,5% de concordância e nenhuma resposta discordante, “validar, no dia-a-dia, os direitos das crianças” (100%) e 63,3% dos sujeitos concorda totalmente, 36,7% concorda e nenhum sujeito discorda com este item.

“Tornar os procedimentos nos Tribunais mais rápidos e menos dolorosos” surge com 99,0% das respostas, em que 80,6% dos sujeitos concorda totalmente, 18,4% concorda com este item e apenas 1% discorda. “Informar mais a população geral sobre a problemática do abuso sexual de crianças” surge igualmente com 99% de concordância, com 71,4% dos sujeitos a concordar totalmente e 27,6% a concordar com este item, sendo apenas 1% de respostas discordantes. “A criação de “programas que trabalhem a assertividade das crianças, para que tenham a capacidade de dizer “Não” ao abusador” destaca-se com 45,9% de sujeitos que concordam totalmente, com 42,9% de respostas concordantes e 11,2% de respostas discordantes com este item. O agravamento das condenações aos abusadores e o apoio à vítima para que esta adquira competências para impedir o abuso assumem 96% de respostas concordantes e nenhuma resposta discordante.

O reconhecimento da gravidade desta problemática traduz-se igualmente na reflexão sobre como se pode pôr fim a uma experiência tão traumática. Ao longo do tempo tem-se vindo a verificar uma maior preocupação com a criança e com os seus direitos, aqui mais uma vez demonstrada com as respostas dos nossos sujeitos. No decorrer das últimas décadas desenvolveram-se alguns estudos, considerando diferentes focos para as relações abusivas. Finkelhor (1986, cit. por Maria, 2007) realça a intervenção dos pais e dos profissionais de educação nos programas de prevenção, tendo estes a intenção de aumentar os seus conhecimentos sobre prevenção, assim como sensibilizar para a realidade dos abusos sexuais de crianças e identificar os recursos de apoio disponíveis na comunidade. Herman (2000, cit. por Maria, 2007) defende que se existissem campanhas de prevenção primária dos abusos sexuais, conseguir-se-ia diminuir a prevalência dos abusos sexuais. Perante estes programas, os abusadores sentir-se-iam desencorajados para iniciarem as suas práticas abusivas e, por outro lado, algumas crianças poderiam deter os avanços abusivos revelando a situação a um adulto de confiança.

Por outro lado, atribuição de penas mais graves aos abusadores realça as suas características individuais, em detrimento das variáveis de contexto. Esta valorização

por parte dos nossos sujeitos revela a necessidade de identificar o abusador e afastá-lo do espaço social.

Tabela 28 - Percentagem de respostas obtidas para cada item nos 4 pontos da escala de Likert (Factores de Resolução)

<i>III. O mais importante para pôr fim às relações sexualmente abusivas de crianças é:</i>	1	2	3	4
1. Identificar indivíduos com perfil de abusadores sexuais e impedi-los de se aproximarem de crianças	1,0	30,6	39,8	27,6
2. Informar mais a população geral sobre a problemática do abuso sexual de crianças	0,0	1,0	27,6	71,4
3. Estimular a denúncia das situações de abuso sexual	0,0	0,0	24,5	75,5
4. Validar, no dia-a-dia, os direitos das crianças	0,0	0,0	36,7	63,3
5. Mudar o comportamento da vítima, para ser menos provocadora	20,4	51,0	24,5	3,1
6. Impedir legalmente o abusador de se aproximar da vítima	1,0	6,1	35,7	57,1
7. Agravar as condenações dos abusadores sexuais	0,0	3,1	19,4	77,6
8. Estimular a separação/ divórcio do casal, no caso do abuso sexual intrafamiliar	4,1	22,4	39,8	32,7
9. Dar apoio à vítima para que ela adquira competências para impedir o abuso	0,0	4,1	38,8	57,1
10. Tratar psiquiatricamente o agressor	0,0	8,2	44,9	45,9
11. Melhorar as condições socio-económicas das famílias	5,1	39,8	40,8	14,3
12. Proteger a vítima afastando-a do abusador, se necessário pela institucionalização	4,1	20,4	48,0	27,6
13. Proporcionar uma intervenção social e terapêutica com toda a família da vítima e do abusador	1,0	11,2	53,1	34,7
14. Fazer tratamento ao abusador para que se torne estéril, diminuindo os seus impulsos sexuais	12,2	24,5	39,8	23,5
15. Criar programas que trabalhem a assertividade das crianças, para que tenham a capacidade de dizer “Não” ao abusador	0,0	11,2	42,9	45,9
16. Tornar os procedimentos nos Tribunais mais rápidos e menos dolorosos	0,0	1,0	18,4	80,6

Relativamente ao Questionário sobre Abuso Sexual de Crianças – Factores Desencadeadores/facilitadores, de Manutenção e Resolução (QCSAFMR) foi avaliada a normalidade¹³ da distribuição da amostra do nosso estudo para os itens que o compõem recorrendo-se ao teste de Kolmogorov-Sminorv, uma vez que o nosso n é de 93 sujeitos ($n \geq 50$). O quadro apresenta o teste de K-S com a correcção de Lilliefors, com *p-value* (“sig.”) de 0,04 para o QCSAFactores (QCSAFACT1) e com *p-value* (“sig.”) de 0,00 para o QCSAManutenção (QCSAFACT2) com uma probabilidade de erro de 0,05 donde podemos concluir que a distribuição é normal. Para QCSAResolução (QCSAFACT3) temos um *p-value* (“sig.”) de 0,20 donde podemos concluir que a distribuição não é normal. No entanto, considerando o nosso n e que os valores de desvio não são significativos, ou seja a distribuição não é extremamente enviesada nem achatada, optámos por aplicar os testes paramétricos, que se revelam robustos à violação do pressuposto da Normalidade nestas condições.

- Em função do contacto do educador de infância com casos de CSA

Para avaliar se o QCSAFMR é influenciado pelo contacto dos educadores de infância com casos de CSA, aplicamos o teste *t* -Student (Tabela 28). Verifica-se que não existem diferenças significativas entre os sujeitos com contacto com casos de CSA e os sem contacto com casos de CSA, relativamente às crenças sobre factores promotores (QCSAFACT1) e sobre factores de resolução (QCSAFACT3) de casos de CSA.

Para os factores desencadeadores/facilitadores obteve-se um valor ($t(88)=-0,829$; $p=0,410$) e para os factores de resolução de CSA temos ($t(90)=0,041$; $p=0,968$). No entanto, relativamente aos factores de manutenção de CSA podemos concluir que existem diferenças significativas entre os sujeitos com contacto com CSA e os sujeitos sem contacto com CSA, com ($t(88,2)=5,704$; $p=0,000$).

Os sujeitos com contacto com casos de CSA revelam respostas tendencialmente concordantes em relação ao conjunto de factores responsáveis pela manutenção do abuso sexual ($M= 46,20$; $DP= .45$) e os sujeitos sem contacto com CSA apresentam uma média de 49,96 ($DP= 5,98$), o que revela uma concordância declarada com os itens que compõem a escala.

¹³ Anexo 7 - Testes de Normalidade do QCSAFMR

Tabela 29 - Comparação de resultados em função do contacto com CSA (Teste *t* – Student)

	C/ contacto		S/ contacto		F	p
	CSA		CSA			
	M	DP	M	DP		
QRCSAFact 1 (n=90)	39,40	5,94	37,15	5,89	-0,829	.410
QRCSAFact 2 (n=96)	46,20	0,45	49,96	5,99	5,704	.000
QRCSAFact 3 (n=92)	52,00	7,35	52,10	5,44	0,041	.968

- Em função do contacto do educador de infância com casos de maltrato

O QCSAFMR foi também avaliado em relação ao contacto dos sujeitos com situações de maltrato com a aplicação do teste *t*-Student (Tabela 26, do anexo 7/a). Para o QCSAFMR verifica-se que as diferenças observadas entre os dois grupos não são significativas. Para os Factores desencadeadores/facilitadores não se registaram diferenças significativas ($t(88)=-1,098$; $p=0,275$), bem como para os Factores de Manutenção ($t(94)=0,183$; $p=0,855$) e para os factores de Resolução ($t(90)=-1,119$; $p=0,266$).

Tabela 30 - Comparação de resultados em função do contacto com Maltrato (Teste *t* – Student)

	C/ contacto		S/ contacto		F	p
	Maltrato		Maltrato			
	M	DP	M	DP		
QRCSAFact 1 (n=90)	38,37	6,45	36,87	5,69	-1,098	.275
QRCSAFact 2 (n=96)	49,58	6,26	49,82	5,70	0,183	.855
QRCSAFact 3 (n=92)	52,93	4,79	51,55	5,71	-1,119	.266

Crenças sobre Abuso Sexual

De modo semelhante, recorreu-se ao teste de Kolmogorov-Sminorv para avaliar a normalidade¹⁴ da distribuição da amostra do nosso estudo, relativamente à Escala de Crenças sobre abuso sexual, uma vez que o nosso n é de 93 sujeitos ($n \geq 50$). O quadro apresenta o teste de K-S com a correcção de Lilliefors, com p -value (“sig.”) de 0,172 com uma probabilidade de erro de 0,05 podemos concluir que a distribuição não é normal. No entanto, considerando o nosso n e que os valores de desvio não são significativos, ou seja a distribuição não é extremamente enviesada nem achatada, optámos por aplicar os testes paramétricos, que se revelam robustos à violação do pressuposto da Normalidade nestas condições.

- Em função do contacto do educador de infância com casos de CSA

O mesmo procedimento foi realizado para a Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ver anexo 8/b). Verificando-se não existirem diferenças significativas entre os sujeitos com/sem contactos com CSA ($t(93)=-2,483$; $p=0,015$) (Tabela 30).

Tabela 31 - Comparação de resultados em função do contacto com CSA (Teste t – Student)

	C/ contacto		S/ contacto		F	p
	CSA	CSA	CSA	CSA		
	M	DP	M	DP		
ECAS (n=95)	31,40	3,36	25,29	5,43	-2,483	.015

¹⁴ ANEXO 8 - TESTES DE NORMALIDADE DA ECAS

- Em função do contacto do educador de infância com casos de maltrato

Em relação ao contacto dos educadores de infância com casos de maltrato também não se verificam diferenças significativas ($t(93) = -0,526$; $p = 0,600$) (Tabela 31).

Tabela 32 - Comparação de resultados em função do contacto com Maltrato (Teste *t* – Student)

	C/ contacto		S/ contacto		F	p
	Maltrato		Maltrato			
	M	DP	M	DP		
ECAS (n=95)	26,10	4,71	25,46	5,83	-0,526	.600

- Em função da formação sobre CSA e da formação para actuar em situação de CSA (Tabela 32)

Para avaliar se a resposta à ECAS é significativamente afectada pela formação dos sujeitos sobre CSA, aplicou-se a ANOVA seguida de testes *post-hoc*. Analisámos se a formação do educador de infância sobre CSA teria influência na resposta à ECAS, verificando que não existem diferenças estatisticamente significativas ($F(3,89) = .083$; $p = .969$). De modo semelhante, não se verificaram índices estatisticamente significativos em função da formação dos sujeitos para actuar em situação de ocorrência de CSA ($F(2,89) = .190$; $p = .827$) nem na interacção formação do educador de infância sobre CSA x formação para actuar em situação de CSA ($F(2,89) = .367$; $p = .694$).

Tabela 33 – ANOVA aplicada à ECAS em função da Formação sobre CSA e Formação para actuar em caso de CSA

ECAS			
	df	F	p
Formação CSA	3	.083	.969
Formação/actuação	2	.190	.827
Formação CSA*Form.Ac	2	.367	.694

A pontuação total da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual – ECAS obtida no nosso estudo revela-nos uma tendência discordante em relação aos itens que compõem a escala (M= 25,64; DP= 5,449), traduzindo um reduzido nível de legitimação do abuso sexual de crianças, com base nos itens que a compõem. As crenças legitimadoras do abuso sexual são explicadas por Magalhães (2005) pela ausência de lesões físicas ou vestígios de outro tipo que constituam indicadores, pois na maior parte dos casos com crianças pequenas não há penetração anal ou vaginal e quando esta ocorre, a ejaculação dá-se, muitas vezes, fora das cavidades. Machado (2002, p.42) expressa ainda que “embora, frequentemente, os actos abusivos envolvam o uso da força, ameaças ou coerção, esta não é uma característica necessária para se falar em abuso”.

A *Explicação da possibilidade de abuso sexual por comportamentos da criança/adolescente* é fundamentada quando se define a idade da vítima como uma característica que pode implicar algumas dificuldades de detecção do abuso sexual. Se por um lado a criança, “sobretudo os de idade mais baixa, podem confundir a relação com uma manifestação afectiva “normal” ou podem estar submetidos à pressão do segredo imposto pelo abusador” (Magalhães, 2005, p.55). Por outro lado, o facto da vítima se encontrar na adolescência poderá legitimar o abuso para a comunidade pelos comportamentos de sedução da vítima.

Procurámos também identificar as atribuições que os sujeitos fazem relativamente a factores que julgam poderem facilitar as situações de abuso sexual a crianças e a sua manutenção, bem como factores que podem interromper e/ou parar estas relações abusivas. Para cada conjunto de afirmações foram considerados factores associados à criança (vítima), ao abusador e ao contexto familiar e social.

A partir da análise das respostas dos nossos sujeitos ao QCSAFMR observamos uma média de 138,94 com DP=11,36; com um grau de consistência interna elevado ($\alpha=.852$). Estes resultados revelam a tendência das respostas para o “concordo”, confirmada pela média de respostas obtida no conjunto de afirmações relativas à manutenção de CSA (M= 48,8; DP= 5,76) e ainda nos factores que podem interromper ou parar estas relações abusivas (M= 52,32; DP= 5,6). Embora para o conjunto de factores que se julga poderem facilitar a ocorrência de CSA (M= 37,44; DP= 5,76), a tendência das respostas seja “discordo”.

Os sujeitos da nossa amostra consideram que a sua formação para identificar numa situação de CSA é insuficiente (45,9%); enquanto que para actuar numa situação de CSA os nossos sujeitos percebem a sua formação como insuficiente (57,1%) e

apenas 29,1% diz ter formação satisfatória. Revelando ainda como principal fonte de formação/informação a comunicação social (19,4%), assumindo as acções de formação apenas 4,1% dos sujeitos.

Brino e Williams (2003) revelam no seu estudo, com profissionais da educação, não aparecerem como fontes de informação sobre o tema, livros e artigos, que provavelmente possuem um carácter mais informativo e científico que os meios televisivos.

Os resultados do nosso estudo podem revelar-nos que os educadores de infância têm consciência das crenças que legitimam o abuso sexual da criança, e confirmam o que está no enquadramento teórico sobre a temática, relativamente aos factores promotores de CSA, aos que permitem a sua manutenção e aos factores responsáveis pela resolução de casos de CSA. No entanto, verifica-se que estes mesmos profissionais revelam que a sua formação sobre a temática, e para actuar perante uma ocorrência de CSA, é insuficiente.

Estes resultados vêm, em nossa opinião, demonstrar a necessidade formação específica sobre esta temática. Reflexão apoiada por Caminha (1999, cit. por Brino & Williams, 2003) que refere, embora exista consenso sobre a sintomatologia apresentada pela criança abusada sexualmente, os profissionais da educação e da saúde ainda não demonstram capacidade para identificar os casos de violência infantil, nem para lidar com eles.

CONCLUSÕES

Nos últimos anos, a sociedade tem demonstrado um aumento de preocupação com a problemática dos abusos sexuais de crianças, até pela mediatização de alguns casos que envolvem instituições públicas. No entanto, embora haja alguma atenção por parte dos meios de comunicação social e dos investigadores, este assunto continua a estar envolto em teias de secretismo e de inibições exactamente porque nos confronta com o lado mais sórdido e repelente do ser humano. Incompreensivelmente, o perigo espreita entre os que estão mais próximos da criança e que deveriam ter como principal função a sua protecção.

De facto, os profissionais da educação e em particular no nosso estudo, os educadores de infância encontram-se numa situação privilegiada de controlo e prevenção dos abusos sexuais à criança. O objectivo principal do presente estudo consistiu em identificar as representações que os educadores de infância têm sobre os abusos sexuais de crianças. Procurámos identificar quais as dimensões do abuso sexual mais susceptíveis de serem legitimadas pelos nossos sujeitos e quais as atribuições que os educadores de infância têm sobre os factores desencadeadores/facilitadores, de manutenção e de interrupção/resolução de situações sexualmente abusivas. Existiu também a preocupação de analisar a influência de variáveis sócio-demográficas sobre as representações em torno do abuso sexual de crianças, nomeadamente a idade e o número de filhos dos sujeitos, o tempo de serviço, a função desempenhada e a rede a que pertence o jardim-de-infância. A formação que os educadores de infância possuem sobre a problemática em estudo e o contacto dos sujeitos com casos de CSA/ maltrato foi igualmente ponderada nas respostas dos educadores de infância aos instrumentos utilizados.

Os resultados deste primeiro estudo indicam-nos que o Questionário de Representações sobre Abuso Sexual de Crianças – Histórias não é influenciado pela idade e pelo número de filhos dos sujeitos. No entanto, revela diferenças significativas quanto a questões profissionais. Verificamos que existe relação entre o tempo de serviço e a rede a que pertence o jardim-de-infância, mas a diferença obtida entre as médias não se revela significativamente diferente.

O nosso estudo não revelou qualquer influência do tempo de experiência profissional nas representações dos educadores de infância, contrariamente ao defendido por Shumaker (1999, cit. por Almeida, 2003) que verificou nos seus estudos existir uma relação entre os anos de experiência profissional e o reconhecimento do abuso sexual de

crianças. Consideramos que esta situação possa dever-se ao facto desta temática ser ainda pouco explorada, com formação pouco difundida em Portugal, o que terá implicações na sensibilidade dos profissionais, mesmo os que possuem mais tempo de exercício.

O contacto dos educadores de infância com casos de CSA/maltrato também não se revelou significativo nas suas representações. Declarando ambos os grupos uma tendência para a não legitimação do abuso sexual de crianças. O nosso estudo indica-nos também a ausência de diferenças significativas em relação aos factores desencadeadores/facilitadores e aos factores de resolução de CSA em função da experiência dos educadores de infância com vítimas de CSA/maltrato. No entanto, os nossos sujeitos revelam diferenças significativas em relação aos factores que mais podem contribuir para a manutenção de relações sexualmente abusivas. Enquanto os educadores de infância com contacto com casos de CSA revelam respostas tendencialmente concordantes, os sujeitos sem contacto com CSA revelam uma concordância declarada com os itens que compõem a escala. A Escala de Crenças sobre Abuso Sexual – ECAS revela-nos que não existem diferenças significativas entre os educadores de infância com contacto com casos de CSA/maltrato e os que não têm essa experiência. Declarando os dois grupos respostas tendencialmente discordantes com os itens da escala, revelando crenças pouco legitimadoras do abuso sexual pela sedução infantil, pela ausência de violência e ainda a crença de que o abuso não existe quando o ofensor não corresponde a um estereótipo pré-definido.

Os resultados obtidos podem dever-se ao facto de termos um número muito reduzido de educadores de infância com experiência com vítimas de CSA/maltrato. No entanto, se para identificar factores promotores de CSA e para perceber quais os factores que podem interromper e/ou parar estas relações abusivas os nossos sujeitos, com contacto com CSA, não revelam diferenças significativas, quanto aos factores que levam à manutenção de CSA já acusam diferenças significativas. Estes factores implicam a actuação do educador de infância, conforme o defendido por Magalhães (2005, p.87), que refere a importância fundamental destes profissionais estarem preparados para reconhecer sinais de abuso, intervindo precocemente e evitando a revitimização da criança ou jovem na sequência de um intervencionismo “terrorista. Tal como já foi referido anteriormente, os sujeitos da nossa amostra revelam uma maior legitimação do abuso sexual de crianças na história 3 em que se refere uma situação abusiva por parte de uma mãe a uma criança pequena (com 4 anos), dando respostas

tendencialmente discordantes. Verificam-se nesta história condições que não estão presentes nas outras duas histórias, e que confirmam a normalização de situações abusivas como regulares no desenvolvimento. Por outro lado, nas histórias 1 e 2 constatamos que as médias variam entre o discordo e o discordo totalmente. Demonstrando uma menor tolerância perante os itens que compõem as escalas. Estas duas histórias destacam-se pelas dimensões que legitimam o abuso pela banalização de situações que não impliquem a penetração, pela (im)possibilidade de atribuição do abuso ao abusador em função do seu estatuto social, económico e também pela possibilidade de abuso por comportamentos da criança/adolescente. Demonstram reconhecer os factores desencadeadores/facilitadores, factores implicam a manutenção e os factores que permitem deter as situações de abuso sexual; contudo, o reconhecimento da insuficiente formação sobre a problemática do abuso sexual de crianças e sobre a forma de actuar perante casos de CSA traduz-se na revelação de medidas de resolução de relações sexualmente abusivas. Os nossos sujeitos defendem a denúncia das situações de abuso sexual e a validação dos direitos da criança (100% de concordância), seguidos de procedimentos judiciais mais céleres, e programas de informação sobre a problemática das relações sexualmente abusivas à população em geral (99% de concordância), além de programas que trabalhem a assertividade das crianças, para que tenham a capacidade de dizer “Não” ao abusador (88,8% de concordância). O agravamento das condenações aos abusadores assume 96% de respostas concordantes e o tratamento psiquiátrico do abusador 90,8%, estes resultados revelam a necessidade de identificar o abusador e de afastá-lo do espaço social e realçam a crença de valorização das características individuais em prejuízo das variáveis de contexto.

De um modo geral, os objectivos deste estudo foram cumpridos, na medida em que o consideramos como estudo exploratório nesta problemática. Devemos, no entanto, mencionar algumas limitações do presente estudo passíveis de serem colmatadas em futuras investigações. A amostra é pequena limitando a possibilidade de análises estatísticas mais abrangentes; não houve recurso a observação das atitudes dos educadores, e pode haver diferença entre o que dizem que defendem e o que fazem na realidade. O aumento do tamanho da amostra poderá ser uma das medidas a tomar em futuros estudos. Uma outra medida a ter em consideração será a selecção da amostra implicar algumas condições: educadores de infância com contacto com casos de CSA, educadores de infância em número suficiente para que a variável género pudesse ser considerada. A realização de estudos com profissionais da educação de outros níveis de

ensino (logo, em contacto com crianças de outra faixa etária) e ainda com profissionais de outras áreas, mas em contacto com crianças na 1ª e 2ª infância (até aos 6/7 anos).

As medidas aqui sugeridas para colmatar as limitações do nosso estudo permitirão uma melhor compreensão da problemática subjacente – o abuso sexual de crianças, bem como uma prevenção e intervenção mais eficazes.

BIBLIOGRAFIA

- Aded, N., Dalcin, B., Moraes, T. & Cavalganti, M., (2006). Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. *Revista Psiquiatria Clínica*, 33, 4, 204-213.
- Alarcão, M. (2000). (Des)equilíbrios familiares: uma visão sistémica. Coimbra: Quarteto.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em estudo*, 7, 2, 3-11.
- Alberto, I. (1999). *Avaliação da perturbação pós-stress traumático (PTSD) e suas consequências psicológicas em crianças e adolescentes vítimas de maltrato*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Alberto, I. (2000). As consequências do abuso sexual infantil: contributo dos estudos longitudinais. *Psychologica*, 24, 119-127.
- Alberto, I. (2002). “Feios, porcos e maus”: Do “erro fundamental” à abordagem sistémica/ecológica na avaliação das situações de abuso sexual. *Psychologica*, 30, 69-77.
- Alberto, I. (2006). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.
- Alberto, I., Carmo, R. & Guerra, P. (2006). *O abuso sexual de menores: uma conversa sobre justiça entre o direito e a psicologia*. (2ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Beauvois, J. (1982). Théories implicites de la personnalité, évaluation te reproduction ideologique. *L'Anné Psychologique*, 82, 513-536.
- Bolieiro, H. & Guerra, P. (2009). *A criança e a Família – uma questão de Direito(s)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Brino, R. & Williams, L. (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 119, 113-128.

- Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. (n.d.). *Manual do Formador – Formação dos membros das Comissões de Protecção das Crianças e Jovens*.
- Cordeiro, M. (2003). Maus tratos a crianças e Adolescentes. Chegou o momento de dizer «Basta!». *Revista Portuguesa Clínica Geral*, 19, 151-160.
- Couto, A. (2000). *Crenças, Atitudes e Comportamentos na gravidez: contributos da psicologia da saúde para o estudo da sua relação*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Fávero, M. (2003). *Sexualidade Infantil e Abusos Sexuais de Menores*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Figueiredo, B. (1998). Maus tratos à criança e ao adolescente (I): situação e enquadramento da problemática. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, 5-20.
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse – New theory and research*. New York: The Free Press.
- Finkelhor, D. e Douglas, E. (s/d). *Childhood sexual abuse fact sheet*.
- Finkelhor, D. & Ormrod, R. (2001). Offenders Incarcerated for Crimes Against Juveniles. *Juvenile Justice Bulletin*, December.
- Finkelhor, D. & Jones, L. (2004). Explanations for the Decline in Child Sexual Abuse Cases. *Juvenile Justice Bulletin*, January.
- Hewitt, S. (1999). *Assessing allegations of sexual abuse in preschool children: understanding small voices*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- Machado, C. (2002). Abuso sexual de crianças. In C., Machado & R. Abrunhosa. *Violência e Vitimas de Crimes* (Vol.2, pp. 38-93) – Crianças. Coimbra: Quarteto.
- Machado, C. (2005). Violência nas famílias portuguesas: um estudo representativo na região Norte. *Psychologica*, 40, 173-194.

- Machado, C. & Gonçalves, M. (2002). Psicoterapia com crianças abusadas sexualmente: da exposição à re-autoria. *Psicologia - Teoria, Investigação e Prática*, 4(2), 347-362.
- Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto.
- Maria, S. (2007). A participação da comunidade na prevenção dos abusos sexuais de crianças. *Análise Psicológica*, 1 (XXV), 13-24.
- Martins, P. (2002). *Maus-Tratos a Crianças: o perfil de um problema*. Universidade do Minho: Centro de Estudos da Criança.
- Matos, R. & Figueiredo, B. (2001). Factores de risco e factores protectores. *Psiquiatria Clínica*, 22, 3, 273-280.
- Morales, A. & Schramm, F. (2002). A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(2). 265-273.
- Moura, A. (2006). *Curso "Maus tratos em crianças e Jovens"*. Consultado em 15 de Março de 2007.
- Pereira, D. (2003). *Factores que influenciam o comportamento parental: percepções de pais e filhos em situações de maus-tratos*. Tese de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Pfeiffer, L. & Salvagni, E. (2005). Abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81 (5supl.), 197-204.
- Porto, M. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 8, 16, Jul/Dez, 250-273.
- Salter, A. (2003). *Pedofilia e outras agressões sexuais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Sanchez, A. (2001). Conhecimentos e atitudes dos pais, menores e professores em relação ao abuso sexual. *Análise Psicológica*, 2 (XIX), 253-259.
- Shackel, R. (2008). The beliefs commonly held by adults about children's behavioral responses to sexual victimization. *Child Abuse & Neglect*, 32(4). 485-495.
- Terry, K. & Tallon, J. (s/d). *Child Sexual Abuse: A Review of the Literature*.
- Torres, A. (Coord.) (2008). *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – Relatório Final*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.

UNICEF (2003). *Tabela de mortes infantis devido a maus-tratos nos países ricos - Lançamento do Relatório “Report Card 5”*. Centro de pesquisa Innocenti da UNICEF, Florença. Em www.unicef.pt. Consultado a 24 de Junho de 2007.

Vala, J. & Monteiro, M.B. (1996). *Psicologia Social* (2ª Ed.). Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação. Lisboa.

Valentim, (2003). *Identidade e lusofonia nas representações sociais de portugueses e de africanos*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de Setembro, republicado pela Lei nº 59/2007 de 4 de Setembro, Diário da República nº170, série I, págs. 6181 a 6252, consultado em <http://www.legix.pt/docs/CP.pdf>

ANEXOS

ANEXO 1 – INSTRUMENTOS UTILIZADOS

8.2. Já contactou, profissionalmente, com crianças vítimas de:

	Sim	Não
8.1.1. Negligência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.1.2. Abuso Sexual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8.3. Em caso de suspeita de mau trato, a quem comunicaria a situação:

- Coordenação Pedagógica
- CPCJ
- Polícia/GNR
- Assistência Social
- Outro
- Qual _____

9. Sente que possui informação e formação para identificar uma situação de maus tratos a crianças:

Muito boa Boa Satisfatória Insuficiente

10. Sente que possui informação e formação para actuar numa situação de maus tratos a crianças:

Muito boa Boa Satisfatória Insuficiente

11. Quais foram as fontes de informação sobre maus tratos a que já recorreu:

- 11.1. Acções de formação
- 11.2. Comunicação Social
- 11.3. Leituras alusivas ao tema
- 11.4. Pesquisa informática
- 11.5. Outras; Quais? _____

Obrigada pela sua colaboração!

Questionário de Representações sobre Abuso Sexual de Crianças – Histórias

QRCSA-HIS

(Alberto, I., Alarcão, M &, Fazenda, I., Querido, A., 2008)

Este questionário integra três histórias diferentes de abuso sexual de crianças/adolescentes. Em cada uma dessas histórias vai encontrar dez afirmações; pedimos-lhe que, para cada uma delas, nos indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala: 1 “discordo totalmente”, 2 “discordo”, 3 “concordo”, 4 “concordo totalmente”.

Item de Exemplo:

a) No Verão a grande maioria das famílias portuguesas vai de férias para o Algarve

Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4

História 1

Ana é uma criança bonita de 5 anos, bem disposta, filha de Idalina, enfermeira e de Alfredo, taxista. Ana vive com os pais e um avô, polícia reformado, de 70 anos. A menina gosta muito de brincar com este avô; é um velhinho simpático, que sabe muitas brincadeiras divertidas. Um dia, a Ana disse a uma colega de infantário que o avô a ensinou a brincar ao “ursinho que queria mimo”. No início a Ana gostava deste jogo, mas depois o “ursinho” queria que a Ana lhe fizesse mimos de que ela não gostava, pois tinha de mexer na pilinha que ficava muito “estranha”. Ana também não gosta da forma como o avô lhe dá mimos a ela, quando faz de conta que é o “ursinho quer mimo”. Mexe-lhe no corpo todo, como se estivesse a dar-lhe banho. Diz ao avô que não gosta daquela brincadeira e que quer ir fazer outra coisa. O avô explicou-lhe que era uma brincadeira só dos dois; mais ninguém podia saber, senão o “ursinho” ficava muito triste. Nem os pais da Ana podiam saber, senão o avô tinha que sair de casa para muito longe e a Ana nunca mais o via; os pais iam ficar muito tristes!

Discordo totalmente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo totalmente 4			
			1	2	3	4
1. O avô da Ana nunca faria verdadeiramente nada de sexualmente abusivo à sua própria neta						
2. O avô da Ana pode andar a passar por uma fase difícil, lidando mal com o facto de estar reformado, viúvo e dependente do filho, e por isso ter brincadeiras menos próprias com a neta						
3. A Ana é tão pequena que é disparate pensar que o avô tenha relações sexuais com ela						
4. É muito pouco provável que a Ana seja sexualmente abusada pelo avô, pois quer os pais quer o avô são pessoas com estudos e bem formadas. A mãe é enfermeira e o avô até foi polícia.						
5. Não é possível que o avô da Ana, naquela idade, sendo uma pessoa simpática, sem problemas mentais, possa abusar sexualmente da neta						
6. A Ana deve ter visto na televisão, e depois baralhou-se com as brincadeiras do avô, pois agora tudo parece ser “abuso sexual”						
7. Não se pode dizer que o avô abuse sexualmente da Ana, pois não passa de umas “carícias” e não há realmente tentativa de ter relações sexuais com a menina						
8. A Ana não devia andar a contar estas coisas por aí, pois corre mesmo o risco de que a sua família se desorganize e de que os pais e o avô fiquem destroçados com esta história						
9. Muito provavelmente a Ana teve algum pesadelo depois de ouvir as notícias que agora falam muito de abuso sexual de crianças e está confusa, pensando que aconteceu mesmo						
10. Como o avô da Ana é viúvo, é provável que ele procure nas brincadeiras com a neta um pouco de carinho, que é percebido como um comportamento sexualmente abusivo						

História 2

A Luísa tem 13 anos, está na idade do “armário”, e parece estar sempre “cinzenta” como refere a mãe. Como adolescente, a Luísa preocupa-se com o seu aspecto físico, que fica realçado com as saias curtas que gosta de usar. É uma adolescente reservada e pouco expansiva, mas vistosa. A mãe refere que a Luísa nunca foi muito alegre e era calada, mas agora está mais reservada e triste, por isso está preocupada e já a questionou sobre o que se passava mas a Luísa respondeu que “nada”!

A melhor amiga da Luísa relatou à sua mãe que o prof. L. ofereceu-se para dar umas explicações à Luísa, para ela melhorar as notas nos testes. Parece ser um professor muito preocupado com ela, sempre muito disponível para a ouvir e apoiar nos seus problemas pessoais e escolares. Luísa tenta evitar o contacto com ele, mas não se atreve a dizer nada. Na sala, o professor acaba sempre a conversa com ela dizendo “menina bonita”. Às vezes, basta um olhar dele para ela ficar quieta e calada. A amiga não sabe o que acontece durante as explicações porque não entra mais ninguém na sala, nessas alturas. A Luísa foi dizendo, meio envergonhada, que o prof. lhe mete as mãos dentro da t-shirt e por baixo da saia, que se encosta a ela e que fica a respirar mesmo junto do seu pescoço, o que a incomoda imenso. Quando a mãe da Luísa conversou com o professor sobre a filha, ele disse-lhe que “realmente a Luísa anda estranha, mas não é nada preocupante, são apenas namoricos de adolescente com colegas”.

Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente			
1	2	3	4			
			1	2	3	4
1. O professor não arriscaria fazer alguma coisa tão grave como abusar sexualmente de uma aluna sua na escola						
2. É mais provável que a Luísa tenha um namorado e tenha inventado aquela história para as amigas e família, para se defender de algum mexerico						
3. É possível que o professor tenha tido um comportamento menos próprio para com a Luísa, porque tem andado com muita pressão no trabalho e na vida familiar						
4. É um exagero da Luísa considerar algum atrevimento por parte do professor, como abuso sexual. Os adolescentes tendem a ser mesmo exagerados e emotivos.						
5. Mesmo que o professor esteja a ser atrevido para com a Luísa, ela pode gostar deste atrevimento, pois fá-la sentir-se crescidinha: até há um professor que a vê como namorada! Por isso, não pode ser visto como abuso sexual.						
6. A Luísa provoca o professor com a roupa que usa e, se não gostasse do que ele lhe faz, iria vestida de outra forma para a escola						
7. Não parece que o professor abuse da Luísa, até porque se preocupa muito com ela, com as suas notas, e dá-lhe conselhos						
8. A intervenção numa suspeita de abuso sexual é tão traumatizante, que mesmo que o professor tenha comportamentos mais sexualizados com a Luísa, é melhor para ela não os divulgar						
9. Mesmo que o professor tenha “seduzido” a Luísa, ela não deveria divulgar a situação, pois é um problema muito íntimo, que vai invadir a sua privacidade						
10. Mexer na t-shirt e na saia da Luísa pode ser considerado atrevimento e deve ser interrompido, mas é um exagero achar que é abuso sexual						

História 3

O Tomás tem 4 anos e é filho de pais divorciados; a criança gosta muito da mãe, Maria, enfermeira, mas prefere estar com o pai, Joaquim, professor de biologia, com quem passa só o fim-de-semana. Às vezes, o pequeno Tomás fica com o pai durante a semana, quando a mãe está mais deprimida e não pode tomar conta dele.

O pai do Tomás acha que a criança tem umas brincadeiras estranhas ultimamente, procurando o contacto com o corpo do pai, mostrando-se muito curioso pelos órgãos genitais e falando muito do “pipi” das meninas, brincando com bonecos e bonecas ao “romance”. Quando o pai fala com o menino sobre onde é que viu as meninas a brincarem ao “romance”, o Tomás diz que é uma brincadeira da mãe e dele. A mãe brinca com ele à bola, vê o Noddy, e, quando vão para a cama, brincam então os dois ao “romance”. Quando o pai lhe pergunta o que fazem quando vão para a cama, o Tomás diz, apenas, que é uma brincadeira segredo.

Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente			
1	2	3	4			
			1	2	3	4
1. Não é muito provável que o Tomás seja abusado sexualmente, pois é um menino.						
2. Nestas idades, as crianças são muito curiosas pela área sexual, gostam de saber e de ver o corpo humano, e não faz sentido pensarmos em abuso						
3. Se o Tomás fosse mesmo sexualmente abusado pela própria mãe, seria uma criança triste e facilmente se perceberia que algo de muito errado se estava a passar com ele						
4. A mãe do Tomás anda mal, está suficientemente doente para nem poder tomar conta do Tomás, e portanto é bastante improvável que abuse sexualmente do filho.						
5. Não faz sentido nenhum pensar em abuso sexual nesta situação, pois as mães são incapazes de ser sexualmente abusivas.						
6. Não é provável que uma mãe abuse do seu próprio filho, e ainda mais quando é tão pequeno como o Tomás.						
7. Os pais do Tomás estão divorciados, e está mesmo a ver-se que esta é uma história inventada pelo pai da criança, para ficar sempre com o filho consigo						
8. É absolutamente normal as mães dormirem com os seus filhos enquanto pequenos e o Tomás pode ter pensado que isso é um “romance” uma vez que agora é o “homem lá de casa”, pois os seus pais vivem separados.						
9. Mesmo que a Maria tenha algum contacto mais sexualizado com o filho Tomás, isso não deve ser muito valorizado, para se poder manter a relação entre mãe e filho que é tão importante para o desenvolvimento das crianças						
10. Mesmo que a mãe do Tomás lhe faça alguma coisa menos própria, não pode ser considerada abuso sexual, porque a senhora tem uma depressão.						

Questionário sobre Abuso Sexual de Crianças – Factores Desencadeadores/facilitadores, de Manutenção e Resolução (QCSAFMR)

QCSA – FMR

(Alberto, I., Alarcão, M, Querido, A., Fazenda, I. , 2008)

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um problema social sobre o qual cada um de nós, enquanto membros de uma comunidade, vai reflectindo e formulando algumas opiniões. Vai encontrar, seguidamente, um conjunto de afirmações relativas aos factores que julga que podem facilitar as situações de abuso sexual de crianças e a sua manutenção, bem como de factores que podem interromper e/ou parar estas relações abusivas. Pedimos-lhe que, para cada uma delas, nos indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala: 1 “discordo totalmente”, 2 “discordo”, 3 “concordo”, 4 “concordo totalmente”.

Discordo totalmente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo totalmente 4
--------------------------	---------------	---------------	--------------------------

I. O abuso sexual de crianças geralmente acontece devido a:	1	2	3	4
1. Consumos de álcool ou drogas por parte do abusador				
2. Falta de atenção para com a criança/adolescente que fica assim mais vulnerável				
3. Baixo grau de instrução do abusador				
4. Baixa auto-estima do abusador				
5. Deficiência mental e/ou física da vítima				
6. Comportamento provocador da vítima				
7. Idade da vítima				
8. Problemas conjugais do abusador				
9. Falta de atenção para com o abusador por parte do cônjuge				
10. Antecedentes de violência na família de origem do abusador				
11. Isolamento social da família da vítima				
12. O adulto abusador foi ele próprio vítima de abuso sexual quando criança ou adolescente				
13. Características habitacionais que favorecem a promiscuidade				
14. Educação das crianças no sentido de que o adulto deve ser sempre obedecido				
15. Doença mental do abusador				
16. Atitude negligente por parte dos pais da criança/adolescente vítima				

II. O que mais contribui para a manutenção das relações sexualmente abusivas é:	1	2	3	4
1. Ausência de denúncia por parte da vítima ou da família				
2. Falta de confiança na eficácia da justiça				
3. Valorização da intimidade pessoal/privacidade				
4. Isolamento social da vítima e/ou da família				
5. Falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda				
6. Ambivalência de sentimentos da vítima face ao abusador, uma vez que geralmente é seu conhecido e/ou familiar				
7. Medo, por parte da vítima, de que não acreditem nela				
8. Desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos				
9. Ameaças por parte do abusador				
10. Medo, por parte de vítima, de que o abusador seja preso, no caso de ser um familiar próximo				
11. Ternura, atenção e prestação de cuidados por parte do abusador, fora dos momentos de abuso				
12. Ausência de denúncia por parte dos profissionais				
13. A boa imagem social e o poder que o adulto (abusador) possa ter na comunidade				
14. O receio da vítima de ser sujeita a várias avaliações e depoimentos				
15. O receio da vítima de que venha a ser colocada numa instituição				
16. O medo da vítima de que fique rotulada como “alguém que foi sexualmente abusado”				

III. O mais importante para pôr fim às relações sexualmente abusivas de crianças é:	1	2	3	4
1. Identificar indivíduos com perfil de abusadores sexuais e impedi-los de se aproximarem de crianças				
2. Informar mais a população geral sobre a problemática do abuso sexual de crianças				
3. Estimular a denúncia das situações de abuso sexual				
4. Validar, no dia-a-dia, os direitos das crianças				
5. Mudar o comportamento da vítima, para ser menos provocadora				
6. Impedir legalmente o abusador de se aproximar da vítima				
7. Agravar as condenações dos abusadores sexuais				
8. Estimular a separação/ divórcio do casal, no caso do abuso sexual intrafamiliar				
9. Dar apoio à vítima para que ela adquira competências para impedir o abuso				
10. Tratar psiquiatricamente o agressor				
11. Melhorar as condições socio-económicas das famílias				
12. Proteger a vítima afastando-a do abusador, se necessário pela institucionalização				
13. Proporcionar uma intervenção social e terapêutica com toda a família da vítima e do abusador				
14. Fazer tratamento ao abusador para que se torne estéril, diminuindo os seus impulsos sexuais				
15. Criar programas que trabalhem a assertividade das crianças, para que tenham a capacidade de dizer “Não” ao abusador				
16. Tornar os procedimentos nos Tribunais mais rápidos e menos dolorosos				

Anexo 2 – DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

Tabela 1 – Rede do estabelecimento a que pertence

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
pública	34	34,7	35,4	35,4
privada	7	7,1	7,3	42,7
IPSS	55	56,1	57,3	100,0
Total	96	98,0	100,0	
Missing	2	2,0		
Total	98	100,0		

Tabela 2 – Contacto com crianças vítimas de CSA

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
não	91	92,9	94,8	94,8
sim	5	5,1	5,2	100,0
Total	96	98,0	100,0	
Missing	2	2,0		
Total	98	100,0		

Tabela 3 – Contacto com crianças vítimas de outras formas de maltrato

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
não	65	66,3	67,7	67,7
sim	31	31,6	32,3	100,0
Total	96	98,0	100,0	
Missing	2	2,0		
Total	98	100,0		

Tabela 4 – Comunicação do Educador de Infância sobre CSA

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Coordenação pedagógica	37	37,8	38,1	38,1
CPCJ	8	8,2	8,2	46,4
PSP/GNR	5	5,1	5,2	51,5
assistência social	8	8,2	8,2	59,8
c. ped. E CPCJ	15	15,3	15,5	75,3
Outras associações	24	24,4	24,8	100,0
Total	97	99,0	100,0	
Missing		1,0		
Total	98	100,0		

ANEXO 3 - CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DO QRCSAHIS

História 1

Tabela 5 - Coeficiente *alpha* de Cronbach

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,835	10

História 2

Tabela 6 - Coeficiente *alpha* de Cronbach

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,878	10

História 3

Tabela 7 - Coeficiente *alpha* de Cronbach

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,850	10

ANEXO 3/a - ANÁLISE FACTORIAL EXPLORATÓRIA DO QRCSAHIS

Tabela 8 - Estrutura factorial obtida

Component	Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	10,823	36,077	36,077	3,728	12,426	12,426
2	2,129	7,096	43,173	2,962	9,872	22,298
3	1,822	6,074	49,247	2,727	9,090	31,388
4	1,587	5,289	54,537	2,681	8,938	40,326
5	1,354	4,514	59,050	2,639	8,797	49,123
6	1,202	4,008	63,058	2,508	8,359	57,482
7	1,132	3,774	66,832	2,418	8,059	65,540
8	1,063	3,544	70,376	1,451	4,836	70,376

ANEXO 4 - CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DO QCSAFMR

Questionário sobre Abuso Sexual de Crianças – Factores (QCSAFMR 1)

Tabela 9 - Coeficiente *alpha* de Cronbach

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,818	16

Questionário sobre Abuso Sexual de Crianças – Manutenção (QCSAFMR 2)

Tabela 10 - Coeficiente *alpha* de Cronbach

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,864	16

Questionário sobre Abuso Sexual de Crianças –Resolução (QCSAFMR 3)

Tabela 11 - Coeficiente *alpha* de Cronbach

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,808	16

ANEXO 5 - CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DO ECAS

Tabela 12 - Coeficiente *alpha* de Cronbach

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,859	17

ANEXO 6 - TESTES DE NORMALIDADE DO QRCSA-HIS

Tabela 13 - Teste de Kolmogorov-Sminorv

	Kolmogorov-Smirnov(a)		
	Statistic	df	Sig.
QRCSATOTAL	,076	93	,200(*)
QRCSATH1	,140	93	,000
QRCSATH2	,113	93	,005
QRCSATH3	,124	93	,001

- Valores de desvio (*Skewness e Kurtosis*)

QRCSATOTAL

$$S = 1.29/.250 = .516$$

$$K = -.880/.495 = -1.78$$

QRCSATH1

$$S = .608/.250 = 2.43$$

$$K = -.528/.495 = -1.06$$

QRCSATH2

$$S = .339/.250 = 1.36$$

$$K = -.888/.495 = -1.80$$

QRCSATH3

$$S = -.193/.250 = -.772$$

$$K = -.982/.495 = -1.98$$

ESTUDO EMPIRICO

Descriptives

			Statistic	Std. Error
QRCSATOTAL	Mean		45,8280	1,03567
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	43,7710	
		Upper Bound	47,8849	
	5% Trimmed Mean		45,6338	
	Median		46,0000	
	Variance		99,753	
	Std. Deviation		9,98763	
	Minimum		30,00	
	Maximum		67,00	
	Range		37,00	
	Interquartile Range		16,00	
	Skewness		,129	,250
	Kurtosis		-,880	,495
QRCSATH1	Mean		14,1075	,36260
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	13,3874	
		Upper Bound	14,8277	
	5% Trimmed Mean		13,9050	
	Median		13,0000	
	Variance		12,227	
	Std. Deviation		3,49678	
	Minimum		10,00	
	Maximum		23,00	
	Range		13,00	
	Interquartile Range		5,50	
	Skewness		,608	,250
	Kurtosis		-,528	,495
QRCSATH2	Mean		15,0000	,41195
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	14,1818	
		Upper Bound	15,8182	
	5% Trimmed Mean		14,8411	
	Median		15,0000	
	Variance		15,783	
	Std. Deviation		3,97273	
	Minimum		10,00	
	Maximum		25,00	
	Range		15,00	
	Interquartile Range		7,00	
	Skewness		,339	,250
	Kurtosis		-,888	,495
QRCSATH3	Mean		16,7204	,40172
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	15,9226	
		Upper Bound	17,5183	
	5% Trimmed Mean		16,7288	
	Median		17,0000	
	Variance		15,008	
	Std. Deviation		3,87401	
	Minimum		10,00	
	Maximum		24,00	
	Range		14,00	
	Interquartile Range		6,00	
	Skewness		-,193	,250
	Kurtosis		-,982	,495

ESTUDO EMPIRICO

ANEXO 7 - TESTES DE NORMALIDADE DO QCSAFMR

Tabela 14 - Teste de Kolmogorov-Sminorv

	Kolmogorov-Smirnov ^a		
	Statistic	df	Sig.
TOTALFACT1	,117	90	,004
TOTALFACT2	,166	90	,000
TOTALFACT3	,060	90	,200*

*. This is a lower bound of the true significance.

a. Lilliefors Significance Correction

- Valores de desvio (*Skewness e Kurtosis*)

QCSAFMR1

$$S = -0,735/0,254 = -2,89$$

$$K = 0,572/0,503 = 1,14$$

QCSAFMR2

$$S = 0,542/0,254 = 2,13$$

$$K = -0,301/0,503 = -0,60$$

QCSAFMR3

$$S = 0,075/0,254 = 0,29$$

$$K = -0,545/0,503 = -1,08$$

ESTUDO EMPIRICO

Descriptives

			Statistic	Std. Error
TOTALFACT1	Mean		37,6111	,57987
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	36,4589	
		Upper Bound	38,7633	
	5% Trimmed Mean		37,8642	
	Median		38,0000	
	Variance		30,263	
	Std. Deviation		5,50116	
	Minimum		18,00	
	Maximum		46,00	
	Range		28,00	
	Interquartile Range		7,50	
	Skewness		-,735	,254
	Kurtosis		,572	,503
TOTALFACT2	Mean		49,5556	,58233
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	48,3985	
		Upper Bound	50,7126	
	5% Trimmed Mean		49,3519	
	Median		48,0000	
	Variance		30,519	
	Std. Deviation		5,52443	
	Minimum		40,00	
	Maximum		63,00	
	Range		23,00	
	Interquartile Range		7,00	
	Skewness		,542	,254
	Kurtosis		-,301	,503
TOTALFACT3	Mean		51,7778	,56749
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	50,6502	
		Upper Bound	52,9054	
	5% Trimmed Mean		51,7531	
	Median		51,5000	
	Variance		28,984	
	Std. Deviation		5,38366	
	Minimum		41,00	
	Maximum		64,00	
	Range		23,00	
	Interquartile Range		7,25	
	Skewness		,075	,254
	Kurtosis		-,545	,503

ESTUDO EMPIRICO

ANEXO 8 - TESTES DE NORMALIDADE DA ECAS

Tabela 15 - Teste de Kolmogorov-Sminorv

	Kolmogorov-Smirnov ^a		
	Statistic	df	Sig.
TOTALECAS	,078	97	,172

a. Lilliefors Significance Correction

- Valores de desvio (*Skewness e Kurtosis*)

S= 0,266/0,245= 1,08

K= -0,728/0,485= -1,50

			Statistic	Std. Error
TOTALECAS	Mean		25,6392	,55326
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	24,5410	
		Upper Bound	26,7374	
	5% Trimmed Mean		25,5074	
	Median		26,0000	
	Variance		29,691	
	Std. Deviation		5,44898	
	Minimum		17,00	
	Maximum		39,00	
	Range		22,00	
	Interquartile Range		9,00	
	Skewness		,266	,245
	Kurtosis		-,728	,485